MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

PORTO ALEGRE/RS
FEVEREIRO/2012

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

Unidade Agregada: Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL

PORTO ALEGRE/RS
FEVEREIRO/2012

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria Geral da União

CRH – Coordenação de Recursos Humanos

DG – Direção Geral

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal

DPF – Departamento de Polícia Federal

DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial

DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

DN – Decisão Normativa

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PPA – Plano Plurianual

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SR/DPF/RS - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SETEC - Setor Técnico-Científico

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

UTEC – Unidade Técnico-Científica

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

Quadro I – Organograma Funcional da SR/DPF/RS 8

Quadro II – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual 12

Quadro III – Resultados da Operação Sentinela (segunda etapa) 17

Quadro IV- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações 18

Quadro V - Dados Gerais da Ação 2586 21

Quadro VI - Execução Financeira da Ação 2586 realizada pela Unidade 21

Quadro VII - Dados Gerais da Ação 2679 22

Quadro VIII - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade 22

Quadro IX - Controle de produtos químicos realizado pela DRE/SR/DPF/RS 23

Quadro X - Dados Gerais da Ação 2720 23

Quadro XI - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade 23

Quadro XII - Dados Gerais da Ação 2726 24

Quadro XIII - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade 24

Quadro XIV - Dados Gerais da Ação 4572 25

Quadro XV - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade 25

Quadro XVI - Ações de capacitação realizadas na Unidade em 2011 26

Quadro XVII – Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo 27

Quadro XVIII - Dados Gerais da Ação 2000 28

Quadro XIX - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Tesouro 28

Quadro XX - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Funapol 28

Quadro XXI- Execução Financeira da Ação 2012 realizada pela Unidade Gestora Tesouro 28

Quadro XXII - Dados do Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União 30

Quadro XXIII - Dados Gerais da Operação Especial 0181 30

Quadro XXIV - Execução Financeira da Operação Especial 0181 realizada pela Unidade 31

Quadro XXV - Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela Unidade 32

Quadro XXVI - Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade 33

Quadro XXVII - Despesas por Modalidade de Contratação 34

Quadro XXVIII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos .. 35

Quadro XXIX - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação 36

Quadro XXX – Indicadores de desempenho da UJ sob a perspectiva financeira 40

Quadro XXXI – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores 42

Quadro XXXII - Composição do Quadro de Recursos Humanos 44

Quadro XXXIII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ 44

Quadro XXXIV – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ 45

Quadro XXXV – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária 45

Quadro XXXVI – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade 46

Quadro XXXVII – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas 46

Quadro XXXVIII - Quadro de Instituidores de Pensão 47

Quadro XXXIX - Composição do Quadro de Estagiários na UJ 47

Quadro XL - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores 48

Quadro XLI - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva 49

Quadro XLII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra 51

Quadro XLIII - Declaração do Responsável pela Área de Contratos 54

Quadro XLIV– Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR 55

Quadro XLV - Estrutura de controles internos da SR/DPF/RS 56

Quadro XLVI - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 58

Quadro XLVII - Distribuição dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União 60

Quadro XLVIII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros . 60

Quadro XLIX - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Unidade 61

Quadro L - Gestão de TI da UJ 63

Quadro LI – Despesas de Pequeno Vulto pagas com cartão de crédito corporativo por suprido 64

Quadro LII – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador 65

(Regime Especial de Execução) *65*

Quadro LIII – Despesas de Pequeno Vulto Com Cartão de Crédito Corporativo – *65*

(Série Histórica) *65*

Quadro LIV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU *66*

Quadro LV - Produção de laudos do SETEC/SR/DPF/RS por área de exame *74*

Quadro LVI - Produção de laudos da UTEC/DPF/PFO/RS por área de exame *74*

Quadro LVII - Produção de laudos da UTEC/DPF/SMA/RS por área de exame *75*

Quadro LVIII - Produção de laudos da UTEC/DPF/PTS/RS por área de exame *75*

Quadro LIX - Declaração do Contador Responsável *78*

Quadro LX - Informações sobre a utilização da videoconferência no DPF *82*

Quadro LXI - Informações sobre a utilização do VOIP no DPF *83*

Quadro LXII – Notícia sobre a utilização do e-proc na Unidade Jurisdicionada *84*

Quadro LXIII – Notícia em jornal de grande circulação "PF gaúcha lidera prisões no país" *85*

Quadro LXIV – Pesquisa de satisfação junto aos cidadãos *86*

SUMÁRIO

SEÇÃO I....8
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA....8
SEÇÃO II....11
INTRODUÇÃO....11
ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010....12
SEÇÃO III....14
DESENVOLVIMENTO....14
ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010....14
2.1) Responsabilidades institucionais....14
2.1.1) Competência institucional....14
2.1.2) Objetivos estratégicos....15
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais....16
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011....16
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011....17
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade....18
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ....18
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro....33
2.4.1) Programação orçamentária da despesa....33
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa....34
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ....34
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Unidade Jurisdicionada por Movimentação....34
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação....34
2.4.2.2.2) Despesas Correntes dos Créditos Recebidos por Movimentação....35
2.4.2.2.3) Despesas de Capital dos Créditos Recebidos por Movimentação....36
2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada....37
2.4.3.1) Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais....38
2.4.3.2) Prazo Médio para Conclusão de Inquéritos Policiais....39
2.4.3.3) Indicadores de desempenho da execução orçamentário-financeira....40
2.4.3.4) Indicadores de arrecadação da UJ....41
ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010....42
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores....42
4.2) Análise Crítica....42
ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010....44
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos....44
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas....46
5.3) Composição do Quadro de Estagiários....47
5.4) Demonstração dos custos de pessoal da UJ....47
5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada....49
5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão....49
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos....53
ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010....54
7. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV....54
ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010....55
8. 1) Informações sobre declarações de bens e rendas....55
8. 2) Análise Crítica....55
ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010....56
9. 1) Estrutura de Controles Internos da UJ....56

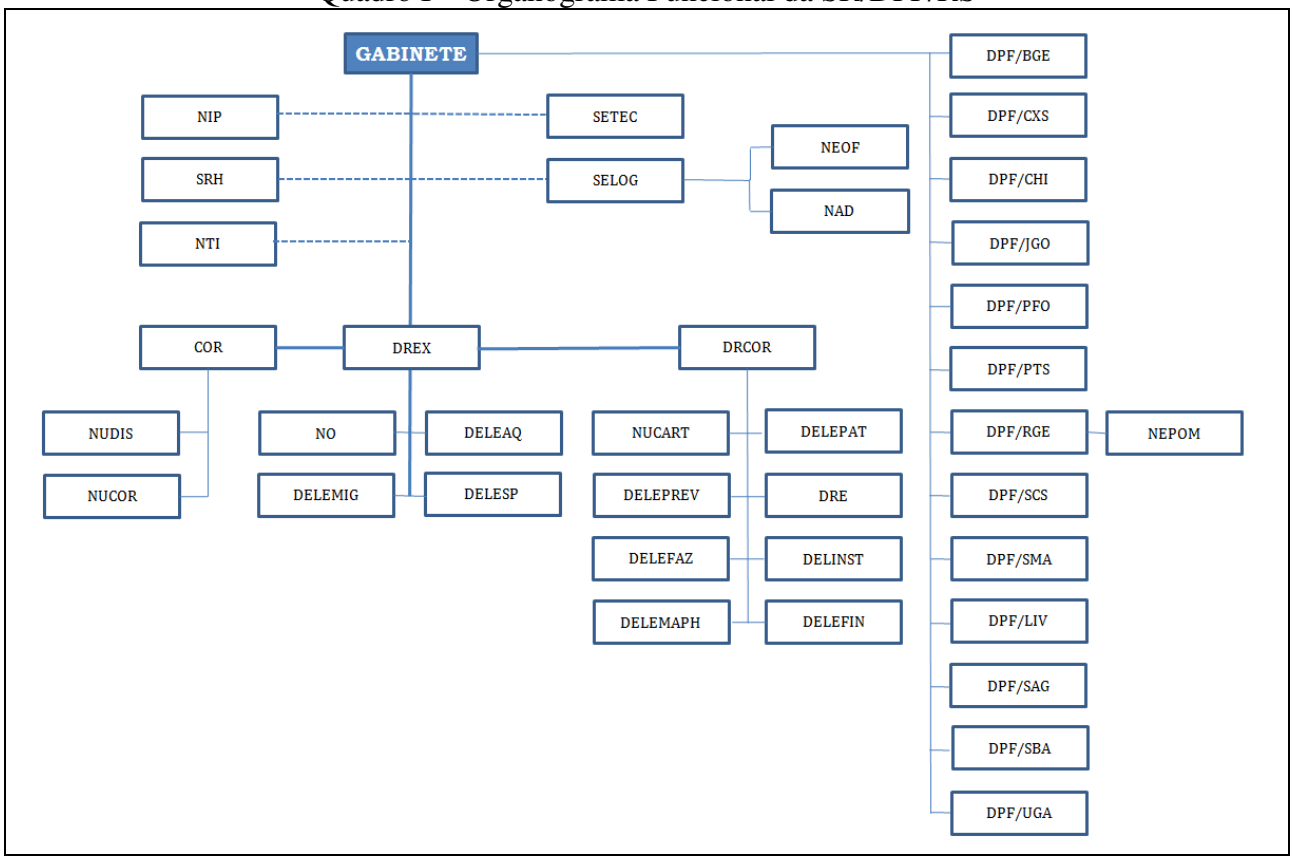
ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 58
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 58
ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 60
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial 60
11.2) Análise Crítica Sobre a Gestão de Imobilizados sob Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada 62
ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 62
12.1) Gestão de Tecnologia da Informação 62
ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 64
13.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo 64
ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 65
15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício 65
15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício 65
15.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício 65
ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 72
17.1) Outras informações consideradas relevantes pela UJ 72
17.2.1) Gestão com qualidade e perspectivas de melhorias futuras nos controles internos 76
17.2.2) Programa Carbono Neutro 77
17.2.3) Implantação do Sistema "e-PROC" – Processo Eletrônico 77
ITEM 1 DA PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO 78
1. Declaração do Contador Responsável 78
SEÇÃO IV 79
RESULTADOS E CONCLUSÕES 79
ANEXOS 82

SEÇÃO I

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Sul (SR/DPF/RS) está estruturada em quatorze (14) Unidades Operacionais, composta pela sua sede, na cidade de Porto Alegre - constituída por Núcleos, Setores e Delegacias Especializadas -, bem como pelas Delegacias Descentralizadas no interior do Estado: Bagé, Caxias do Sul, Chuí, Jaguarão, Livramento, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santo Ângelo, São Borja e Uruguaiana. Segue adiante o organograma da SR/DPF/RS.

Quadro I – Organograma Funcional da SR/DPF/RS



Conforme o organograma da SR/DPF/RS (Quadro I) e o Anexo XXI do Regimento Interno do DPF (Portaria nº 2.877, do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011) compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, dez (10) Delegacias Especializadas, quais sejam: Delegacia de Controle de Segurança Privada, Controle de Armas e Produtos Químicos e Delegacia de Polícia de Imigração - subordinadas a Delegacia Regional Executiva; e ainda, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e Tráfico de Armas, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas - subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado. Compõem ainda a estrutura dessa Unidade Jurisdicionada as Delegacias, Setores e Núcleos detalhados a seguir:

I. GABINETE SR/DPF/RS

a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;
b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
c) Setor de Recursos Humanos - SRH;
d) Setor Técnico-Científico - SETEC;
e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:
1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF;
2. Núcleo Administrativo - NAD;
II - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM BAGÉ;
III - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CAXIAS DO SUL;
IV - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL NO CHUÍ;
V - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM JAGUARÃO;
VI - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM PASSO FUNDO;
VII - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM PELOTAS;
VIII - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM RIO GRANDE:
a) Núcleo de Polícia Marítima - NEPOM;
IX - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CRUZ DO SUL;
X - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTA MARIA;
XI - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTANA DO LIVRAMENTO;
XII - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTO ÂNGELO;
XIII - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO BORJA; e
XIV - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM URUGUAIANA.

f. DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA – DREX
1. Núcleo de Operações - NO;
2. Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG;
3. Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ; e
4. Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP;

g. DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – DRCOR
1. Núcleo de Cartório - NUCART;
2. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT;
3. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV;
4. Delegacia de Repressão a Drogas - DRE;
5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ;
6. Delegacia de Defesa Institucional - DELINST;
7. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH; e
8. Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos - DELEFIN;

h. CORREGEDORIA – COR
4.1 Núcleo de Correições - NUCOR
4.2 Núcleo de Disciplina – NUDIS

De acordo com o artigo 20 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, compete às Superintendências Regionais do DPF, na sua área de atuação, entre outras atribuições: I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal; II - administrar as

Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais; III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, a fim de subsidiar o planejamento operacional das Unidades Centrais; IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento; V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.

O artigo 41 do Anexo I da Portaria supra estabelece que as Superintendências Regionais são subordinadas administrativamente ao Diretor-Geral e vinculadas técnica e normativamente às Unidades Centrais. As atribuições do Superintendente Regional encontram-se previstas no art. 35.

Conforme o art. 37 do Regimento Interno do DPF, aos chefes de Delegacias incumbe, entre outras atribuições: planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação; cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes específicas emanadas das unidades centrais, orientadoras das ações policiais e administrativas, na sua área de atuação; propor, implementar e fiscalizar a execução de planos e projetos de trabalho específicos; submeter à decisão do Superintendente Regional os recursos interpostos contra indeferimento de abertura de inquérito policial, arquivamento de denúncias ou representações para instauração de procedimentos administrativos disciplinares; bem como promover e manter atualizado o controle estatístico referente às incidências criminais, à eficiência e eficácia de suas ações, para subsidiar decisões das Superintendências Regionais e unidades centrais.

SEÇÃO II

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2011 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul (SR/DPF/RS), de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº 108/2010, a Portaria TCU nº 123/2011 e as orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial, segundo os itens a relacionados na parte A (conteúdo geral, com dezessete itens) e na parte B (informações contábeis da gestão, com um item) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 123/2011, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório. A SR/DPF/RS opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação. O quadro II.C.2, assim como os demais quadros previstos na parte C do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108/2010, constarão no Relatório de Gestão do órgão central ao qual esta Unidade se vincula, posto que os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações requeridas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN). As informações e quadros (A.5.9, A.5.10 e A.5.11) sobre terceirização de cargos no DPF também serão respondidos de forma centralizada.

Os itens 3, 14 e 16 da Parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 38 da parte C e a Parte D do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional. Convém salientar que a SR/DPF/RS não realiza transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, posto que tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal. Não houve recomendações da Controladoria–Geral da União para esta Unidade Jurisdicionada que tenham permanecido pendentes de atendimento no exercício de 2011.

As principais realizações da gestão, no exercício de 2011, consistiram no combate à criminalidade na sua circunscrição, sendo realizadas diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho, entre outros. Foram ações de prevenção e repressão desenvolvidas no sentido de preservar os bens, serviços e interesses da União.

Cabe ressaltar que o Estado do Rio Grande do Sul ocupa uma área de 281.748,538 km², é composto por 496 (quatrocentos e noventa e seis) municípios, sendo 82 (oitenta e dois) na circunscrição da sede desta Regional e 414 (quatrocentos e catorze) na circunscrição das Delegacias do interior, conforme a Portaria n° 2099/2011-DG/DPF.

Foram priorizadas na SR/DPF/RS, em 2011, ações de combate ao tráfico de entorpecentes, aos crimes financeiros e a bandos especializados em desvios de recursos públicos. As principais dificuldades para realização dos objetivos dessa Unidade Jurisdicionada recaíram, em geral, nas limitações orçamentárias, a exemplo do Decreto n° 7446/2011, estabelecendo limites e

procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação institucional.

Os planos e projetos para o exercício de 2012 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das Delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões.

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro II – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			**Código SIORG**: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Rio Grande do Sul			
Código SIORG: 01148	**Código LOA:** Não se aplica		**Código SIAFI:** 200372
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			**Código CNAE:** 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(51) 3235-9000	(51) 3235-9044	(51) 3235-9045
Endereço eletrônico: gab.srrs@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br/institucional/pf-pelo-brasil/rio-grande-do-sul			
Endereço Postal: Av. Ipiranga, nº 1365 Bairro Azenha Porto Alegre – RS CEP: 90.160-093			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **SR/DPF/RS:** - Port. 527/64 de 24/12/64 Dec. 56.510, de 28/06/65 – Criação da Delegacia Regional do Rio Grande do Sul - Dec. 70.665, de 02/06/72 – Transforma em Superintendência Regional do Rio Grande do Sul **Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL:** - Lei Complementar n° 89, de 18/02/1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Decreto nº 6.061, de 15/03/2007. - Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia federal e as atribuições de seus dirigentes -alterada pela IN Nº 17/08-			

DG/DPF; -alterada pela IN Nº 39/2010-DG/DPF.

- Portaria 406/2007-DG/DPF, de 18/09/2007, que estabelece a subordinação administrativa da Delegacia Especial de Polícia Marítima (DEPOM) do DPF no Porto de Rio Grande à Delegacia de Polícia Federal em Rio Grande/RS.

- Portaria nº 941/2010-DG/DPF, de 25/02/2010, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

- Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (intranet.dpf.gov.br/srrs), a partir do dia 16 de novembro de 2011, aniversário da Polícia Federal. O referido instrumento foi publicado a fim de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da PF, bem como proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
200372	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul (Tesouro)
200373	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul (Funapol)

Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200372	00001
200373	00001

SEÇÃO III

DESENVOLVIMENTO

ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas receitas, como unidades gestoras, a exemplo da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Sul.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia Federal deve "apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União." (art. 144, parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Regional do DPF no Rio Grande do Sul exerce todas as atividades supracitadas, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

2.1.2) Objetivos estratégicos

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Considerando a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do planejamento estratégico da Polícia Federal, para o período de 2010-2022, ora representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por:

I - Histórico;
II - Negócio;
III - Missão;
IV - Visão;
V - Valores;
VI - Fatores Críticos de Sucesso;
VII - Políticas Corporativas;
VIII - Macro Objetivos;
IX - Objetivos Institucionais; e
X - Ações Estratégicas.

- Portfólio Estratégico, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:

I - Objetivos Institucionais; e
II - Ações Estratégicas.

- Mapa Estratégico, composto de:

I - Missão;
II - Visão;
III - Perspectivas;
IV - Macro Objetivos;
V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e
VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:
I – Orçamento e Finanças;
II – Aprendizado e Crescimento;
III – Processos Internos; e
IV – Clientes e Resultados.

Nesse sentido, para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

a) **Fortalecer a cultura de gestão estratégica**
Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

b) Valorizar o Servidor
Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

c) Reduzir a Criminalidade
Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

d) Promover a Cidadania
Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

e) Incrementar os Acordos e Parcerias
Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais
Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação
Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico
Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011

A Superintendência Regional do DPF no RS atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças, órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas. As Delegacias Descentralizadas no Estado operam em consonância com a Superintendência em Porto Alegre e integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições dessas Delegacias. Da mesma forma, a SR/DPF/RS opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF.

Por sua localização e fronteira com Argentina e Uruguai, além da proximidade com o Paraguai, criminosos tentam utilizar o estado como rota para diversos crimes. Contrabando e descaminho, tráfico de entorpecentes e produtos químicos controlados foram combatidos com operações específicas e em conjunto com as Superintendências do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, entre outras, tendo em vista que as drogas consumidas no RS passam por esses estados.

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2011, as ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem com a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência

Regional do DPF no Rio Grande do Sul atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao contrabando e descaminho, ao tráfico de drogas e armas, ações contra abigeato, fraude a licitações, lavagem de dinheiro, entre outros delitos.

O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões, em prazos mais curtos, bem como assegurar melhorias na recepção dos aeroportos, postos de fronteira e no atendimento a estrangeiros. Prosseguiu-se a campanha do desarmamento, sendo recebidos diversos tipos de armas, totalizando 471 armas recebidas (até 16/11/2011, considerando-se o início da campanha em junho de 2011); na Unidade Jurisdicionada, em 2011, foram emitidos 3.535 registros de armas e deferidos 246 portes de arma.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011

Ressaltam-se, em breve síntese, algumas das Operações de caráter permanente instituídas pelo órgão Central, atendendo ao seu Plano Estratégico de médio e longo prazo: a Operação Sentinela, objetivando prevenir e reprimir crimes transnacionais com os países vizinhos, como Argentina e Uruguai, limítrofes com o Rio Grande do Sul e a Operação Arco de Fogo, com foco à repressão desmatamento ilegal em regiões da Amazônia e crimes contra a fauna e flora brasileiras.

Desde maio de 2010, tem sido intensificada a fiscalização nas fronteiras da Região Sul, por meio da Operação Sentinela, realizada inicialmente em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal. A Operação Sentinela intensificou o controle, a fiscalização e o trabalho de inteligência na fronteira e ingressou em seu novo ciclo no Estado, a partir de agosto de 2011, integrando o Plano Estratégico de Fronteiras, lançado no dia 08 de junho de 2011 pelo Governo Federal, prevendo a comunhão de forças dos Ministérios da Justiça e da Defesa.

Assim, nos meses de agosto e setembro de 2011, o trabalho integrado da SR/DPF/RS com a Polícia Rodoviária Federal, demais órgãos policiais e fiscalizadores, e Exército - por meio da Operação Ágata II -, resultou na prisão em flagrante de 57 pessoas e nas apreensões discriminadas no quadro seguinte:

Quadro III – Resultados da Operação Sentinela (segunda etapa)

Resultados da Operação Sentinela	**Quantidade**
Prisões em flagrante	57
Dinheiro	R$ 21.437
Veículos	24
Cocaína	39kg
Maconha	167kg
Cigarros (maços)	33 mil
Armas	8
Munição	589
Agrotóxicos	179kg
Sementes	2,9 toneladas
CDs e DVDs	181.300

Fonte: DRCOR/SR/DPF/RS – resultados de agosto e setembro de 2011

Foi dada continuidade à política de realizar ações conjuntas e a interlocução com outros Órgãos do Governo na esfera Federal, Estadual e Municipal. Assim, foram desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito de diversos trabalhos desencadeados.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Seguem adiante quadros demonstrativos contendo análise pormenorizada dos dados referentes à execução de Programas e Ações de Governo sob responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada.

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, bem como ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, houve execução orçamentária de ações do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro IV- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

<table>
<tr><th colspan="6">Identificação do Programa de Governo</th></tr>
<tr><td colspan="2">Código no PPA: 0062</td><td colspan="4">Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações</td></tr>
<tr><td colspan="6">Tipo do Programa: Finalístico</td></tr>
<tr><td colspan="6">Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça</td></tr>
<tr><td colspan="6">Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União</td></tr>
<tr><td colspan="6">Gerente: Não informado</td></tr>
<tr><td colspan="6">Responsável pelo Programa na UJ: Rosalvo Ferreira Franco</td></tr>
<tr><td colspan="6">Público-alvo (beneficiários): Sociedade</td></tr>
<tr><th colspan="5">Informações orçamentárias e financeiras do Programa</th><th>Em R$ 1,00</th></tr>
<tr><td colspan="2">Dotação</td><td rowspan="2">Despesa Empenhada</td><td rowspan="2">Despesa Liquidada</td><td rowspan="2">Restos a Pagar não processados</td><td rowspan="2">Valores Pagos</td></tr>
<tr><td>Inicial</td><td>Final</td></tr>
<tr><td colspan="2">Não se Aplica*</td><td>5.335.247,61</td><td>5.281.447,61</td><td>53.800,00</td><td>5.281.447,61</td></tr>
</table>

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	Taxa de Conclusão de IPLs na SR/DPF/RS (capital)	31/12/2006	63,60	80	>80%	111%
2	Taxa de Conclusão de IPLs da UJ (RS)	31/12/2006	63,60	80	>80%	106%

Fórmula de Cálculo do Índice:

Metodologia: Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais da Unidade Jurisdiscionada no exercício de 2011 e o total de inquéritos policiais instaurados nessas unidades em 2011 (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Quanto maior o índice (superior a 80%), melhor.

Análise do Resultado Alcançado:

Todos os esforços são dirigidos para manter o índice acima dos 100% na UJ, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento, o que vem se repetindo nos últimos anos. As ações de correição, melhoria e adequação dos processos, e o esforço da Administração foram os fatores decisivos para o avanço. Desta forma, na média global, o índice foi superior a 80% em treze das catorze unidades operacionais da UJ, demonstrando aumento da trajetória descendente no número total de inquéritos e o devido cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual 2008-2011.

Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
3	Tempo médio para a conclusão de IPLs na UJ (Flagrante)	01/01/2006 a 31/12/2006	79	70	70	106
4	Tempo médio para a conclusão de IPLs na UJ (Portaria)	01/01/2006 a 31/12/2006	79	70	70	211

Fórmula de Cálculo do Índice:

Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Os números refletem o tempo MÉDIO, em dias, que as autoridades levaram para concluir os IPL's da unidade, desde a instauração até o relatório (excluem-se as cotas).

Metodologia: O tempo para conclusão do IPL da unidade, em determinado ano, é a data do relatório subtraída da data da instauração, menos os períodos de movimentação externa. Quanto menor o índice, melhor.

Exemplo: O IPL nº 555/2005 foi relatado em 05/05/2010. Foi instaurado em 05/05/2005. Teve 10 remessas à JF ou MPF, totalizando 500 dias fora do DPF. O tempo entre a instauração e o relatório foi de 1.826 dias (05/05/2010 - 05/05/2005) - 500 dias = 1.326 dias. Tempo para conclusão do IPL nº 555/2005: 1.326 dias.

Análise do Resultado Alcançado:
O indicador supra não possibilita apurar a realidade do que ocorre, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor, não permitindo uma exata mensuração da produtividade. O índice foi previsto para o Órgão, de forma global. Por essa e outras razões, este indicador de desempenho não foi mais considerado no PPA 2012-2015. Na média global da UJ, os índices atingidos no exercício de 2011 pela UJ foram positivos, posto que inferiores aos índices do ano anterior, demonstrando esforços na redução do tempo médio para a conclusão de inquéritos. Houve redução do tempo médio de 240 para 211 dias, quando da instauração de IPL por Portaria e redução do tempo médio de 139 para 106 dias, quando da instauração de IPL por Flagrante.

Código	Tipo[1]	Descrição da Ação
2586	A	Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: Corregedoria Geral (SINPRO)/DPF e SIGPLAN

*As Superintendências Regionais do DPF operam apenas na execução orçamentária e financeira das ações. Não há dotação orçamentária específica por Programa. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Análise Crítica

Em 2011, na Unidade Gestora Funapol, o Departamento de Polícia Federal teve sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, previstas no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, essencialmente, o seguinte programa de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662). Esse Programa abrange atividades de: sistema de emissão de passaporte e de controle do tráfego internacional, fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos; ações de caráter sigiloso na área de segurança pública; prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União; e capacitação de seus servidores em processo de qualificação e requalificação.

Houve também execução orçamentária do Programa de Apoio Administrativo (0750), que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrangendo a administração da Unidade, nela incluindo as atividades afins à área, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, por meio da Unidade Gestora Tesouro, executou também dos Programas de Apoio Administrativo (0750) e da Previdência de Inativos e Pensionistas da União (0089). Ressalta-se que a percentagem das despesas liquidadas no Programa 0750 correspondeu a apenas 0,10% pela Unidade Gestora Funapol e 99,90% pela Unidade Gestora Tesouro, de maneira que serão apresentados no quadro demonstrativo próprio adiante, os valores consolidados da execução desse Programa.

[1] Tipo de Ação: A – Atividade; P – Projeto; OP – Operação Especial

Com relação ao Programa 0750, por se tratar de Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, voltado aos serviços típicos da Administração, ao planejamento, à coordenação, à avaliação ou ao controle de programações finalísticas, resultando em bens ou serviços ofertados à própria Administração, composto inclusive por despesas de natureza tipicamente administrativas, não são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores no SIGPLAN. O Programa 0089 também não possui indicadores ou responsáveis locais e são acompanhados pelo Órgão Central.

Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo, bem como informações adicionais sobre o desempenho da SR/DPF/RS, encontram-se nos itens 2.4.2.2.3 e 17 do presente Relatório de Gestão.

2.3.1.1.1 – Ação 2586 - Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional

Quadro V - Dados Gerais da Ação 2586

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Criar mecanismos de segurança a serem aplicados na confecção de passaportes, visando inviabilizar as ações de falsificação desses documentos.
Descrição	Aparelhamento técnico e operacional da Coordenação-geral de Polícia de Imigração e das Unidades Descentralizadas do Departamento de Polícia Federal DPF, no sentido de implantar novos mecanismos de segurança na confecção de documentos de viagem para evitar falsificações, atendendo às normas da Organização de Aviação Civil Internacional OACI/ONU e modernizar o controle do tráfego internacional por meio de fiscalização mecânica e eletrônica desses documentos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Antonio Carlos Floriano Lessa
Produto (unidade de medida)	Passaporte Emitido (unidade)

Quadro VI - Execução Financeira da Ação 2586 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Restos a pagar não processados (R$)	Valores Pagos (R$)
2586	38.520,00	38.520,00	0,00	38.520,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

Na área de Migração, é digno de registro, desde agosto de 2009, a finalização da implementação do passaporte brasileiro dentro dos padrões internacionais, com 18 elementos de segurança. Desta forma, o governo brasileiro cumpre, no território nacional, o compromisso constante do Documento nº 9303 da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI (ou, em inglês, *International Civil Aviation Organization - ICAO*), agência especializada da Organização das Nações Unidas - ONU. Dessa forma, hoje todos os postos emissores da Polícia Federal no território brasileiro expedem o novo passaporte comum com padrão internacional.

A importância do novo Sistema Nacional de Passaportes vai além do cumprimento de um compromisso internacional do Brasil, constituindo-se em verdadeiro benefício para o cidadão brasileiro portador do novo documento de viagem. Com o passaporte no padrão da OACI, o nacional tem mais confiabilidade, segurança e agilidade nas suas viagens ao estrangeiro.

Representando 83,47% da arrecadação local, foi obtida receita de R$21.432.399,94, com serviços de migração e passaporte.

Em 2011, foram 113.255 emitidos passaportes nesta Unidade Jurisdicionada (em todo o estado do RS), contribuindo para que o DPF (Órgão Central) atingisse 98,03% da meta institucional prevista para o período de 01/11/2010 a 31/10/2011, de 1.680.000 passaportes a serem emitidos, conforme divulgado na Portaria n° 2730/2011-DG/DPF.

2.3.1.1.2 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro VII - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando à apuração de infrações previstas na Lei n° 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos/CGPRE/DCOR/DPF
Coordenador nacional da ação	Rodrigo Geraldo Aguiar de Avelar
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro VIII - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Restos a pagar não processados (R$)	Valores Pagos (R$)
2679	53.800,00	0,00	53.800,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

A ação supra tem a finalidade de fiscalizar as organizações envolvidas com a cadeia produtiva que envolve precursores químicos e combater o comércio ilegal desses produtos. Apesar de não ter sido possível realizar a execução orçamentária da Ação 2679 ainda em 2011, a SR/DPF/RS realizou atividades que contribuíram para que o DPF atingisse 111,32% da meta institucional prevista (100%) no período de 01/11/2010 a 31/10/2011, conforme divulgado na Portaria n° 2730/2011-DG/DPF, sendo emitidos 38.475 documentos de controle em todo o Órgão.

Seguem adiante quadro com a relação de controle de produtos químicos apenas no âmbito da SR/DPF/RS (capital).

Quadro IX – Controle de produtos químicos realizado pela DRE/SR/DPF/RS

ATIVIDADES DE CONTROLE	
LICENÇAS EXPEDIDAS	1.100
TERMOS DE NOTIFICAÇÕES	02
MULTA	01
TERMO DE CIÊNCIA	08

Fonte: Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR/SR/DPF/RS

2.3.1.1.3 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro X - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Wellington Clay Porcino Silva
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro XI - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Restos a pagar não processados (R$)	Valores Pagos (R$)
2720	521.048,45	521.048,45	0,00	521.048,45

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

A ação 2720, que objetiva precipuamente, o fornecimento de meios e recursos para o planejamento e a execução de operações de inteligência e de caráter sigiloso no âmbito do DPF, foi implementada com êxito.

Foram realizados trabalhos de inteligência policial, com empenho de despesas no montante de R$ 521.048,45, nas grandes operações e procedimentos investigativos, de modo que foi liquidado e pago todo o saldo empenhado.

Foram realizadas atividades de inteligência diversas, tais como: obtenção e intercâmbio de informações com outros órgãos de inteligência, contatos e aproximação sistemática com os representantes de outros órgãos de inteligência e instituições diversas que são fontes de informações úteis à atividade policial. Houve visitas e participação de encontros da comunidade de inteligência da região, bem como ampliação de dados, denúncias e informações que chegam ao Núcleo de Inteligência e a posterior difusão interna e externamente. O Núcleo de Inteligência (NIP) da SR/DPF/RS também realizou o gerenciamento local dos acordos de cooperação técnica (realizando os procedimentos para obtenção e renovação de senhas), destinados a possibilitar o acesso dos policiais do estado a bancos de dados úteis as investigações policiais.

2.3.1.1.4 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro XII - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar empresas de segurança privada no país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição no Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (Unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro XIII - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Restos a pagar não processados (R$)	Valores Pagos (R$)
2726	4.720.191,16	4.720.191,16	0,00	4.720.191,16

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

As 29 grandes operações policiais e demais atividades de repressão a crimes contra bens da União realizadas no ano utilizaram recursos descentralizados da ação em tela. Do montante de R$ 4.720.191,16 previsto para execução na Ação 2726, foi liquidado e pago 100% do saldo empenhado.

Conforme relatórios da Delegacia de Combate ao Crime Organizado, o narcotráfico motivou 11 operações (37,9% do total) e o desvio de recursos da União, cinco (17,2%).

Em uma das maiores ações da PF do RS, em agosto de 2011, foram presos 58 traficantes, sendo 21 deles em flagrante. A operação desativou uma das principais rotas internacionais em funcionamento do estado, responsável pelo abastecimento das regiões Centro e Sul com drogas vindas do Paraguai e Bolívia.

Dados adicionais sobre operações encontram-se na seção 17.1 do Relatório de Gestão.

2.3.1.1.5 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro XIV - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Luciana do Amaral Alonso Martins
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (Unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro XV - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Restos a pagar não processados (R$)	Valores Pagos (R$)
4572	1.688,00	1.688,00	0,00	1.688,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

A ação retromencionada tem a finalidade de formar e aprimorar os recursos humanos do órgão. As atividades da Equipe de Treinamento & Desenvolvimento da SR/DPF/RS estão divididas em pedidos de Ação de Capacitação, com recursos geridos pela Comissão de Gestão de Capacitação da Diretoria de Gestão de Pessoal, palestras, divulgação e acompanhamento da rede EAD para servidores da PF no Estado e organização e fiscalização de provas de cursos da ANP aplicadas no âmbito da Superintendência Regional.

Foram solicitadas cinco participações em ações de capacitação, das quais três foram deferidas (vide Quadro XVI) e duas foram indeferidas pela Coordenação de Recursos Humanos/Diretoria de Gestão de Pessoal, em razão de solicitação fora do prazo ou por limitações orçamentárias. As autorizações para Ações de Capacitação foram suspensas em 16 de março de 2011 pela Mensagem Oficial-Circular 01/2011- DGP/DG/DPF, cuja revogação ocorreu apenas em 02 de junho de 2011.

Quadro XVI - Ações de capacitação realizadas na Unidade em 2011

AÇÃO	PARTICIPANTES	DATA	DEFERIDO
Congresso Internacional de Genética Forense (Áustria)	01	19/08 a 03/09	NÃO
Fórum de Gestão por processos no setor público	02	29 e 30/09	NÃO
Curso de Photoshop CSS Standard	02	10 a 14/10	SIM
Repactuação, planilha de custos e formação de preços da IN SLTI/MPOG	01	18 a 21/10	SIM
Licitações, contratos administrativos e a figura do fiscal de contrato	11	07 a 10/11	SIM

Fonte: Equipe de Treinamento e Desenvolvimento da SR/DPF/RS

Foi feito levantamento prévio das necessidades de treinamento e capacitação de servidores desta Unidade para o período 2011. Os recursos descentralizados nesta ação foram de R$1.688,00, todos liquidados e pagos. Houve decréscimo de recursos pagos em relação ao exercício anterior, sobretudo porque alguns cursos foram realizados em modo não presencial.

Assim, destaca-se a proveitosa parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e DTCOM, na qual vários servidores puderam realizar cursos em 2011, participando por meio de ações de Educação e Ensino à Distância – EAD, integrantes do PRONASCI, contando com 70, 56 e 69 participantes, nos 21°, 22° e 23° ciclos, respectivamente. Trata-se de uma parceria que gerou bons resultados, pois consistem em cursos voltados para a área de segurança pública, que não demandam altos custos para a Unidade. São necessários apenas terminais de computador conectados à internet e dedicação de tempo do servidor.

O Núcleo de Armamento e Tiro da SR/DPF/RS também promoveu treinamentos específicos na área do saber policial, contribuindo para aprimorar as metodologias de ação da Polícia Federal no tocante ao manuseio de armamento - a serviço, em cursos de capacitação ou em ocasiões diversas.

2.3.1.2 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

Quadro XVII – Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		**Denominação:** Apoio Administrativo			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Não informado					
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.					
Gerente de Programa: Não informado					
Responsável pelo Programa na UJ: Rosalvo Ferreira Franco					
Público-alvo (beneficiários): Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				
Não se Aplica		**14.904.778,18**	**13.473.830,49**	**1.430.947,69**	**13.473.093,67**
Informações sobre os resultados alcançados: Constantes nas considerações sobre a execução da ação realizada.					

Código	Tipo[2]	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade
2012	A	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Fonte: SIGPLAN

[2] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

2.3.1.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro XVIII - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, tampouco em um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Produto (unidade de medida)	Não há produto previsto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Quadro XIX - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Tesouro

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Restos a pagar não processados (R$)	Valores Pagos (R$)
2000	14.891.934,15	13.460.986,46	1.430.947,69	13.460.249,64

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro XX - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Funapol

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Restos a pagar não processados (R$)	Valores Pagos (R$)
2000	12.844,03	12.844,03	0,00	12.844,03

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro XXI- Execução Financeira da Ação 2012 realizada pela Unidade Gestora Tesouro

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Restos a pagar não processados (R$)	Valores Pagos (R$)
2012	504,00	504,00	0,00	504,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que possibilita a execução de despesas das atividades de apoio, necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

Na ação supramencionada, a Unidade teve despesas empenhadas no valor de R$ 14.904.778,18, dos quais liquidou R$ 13.473.830,49 , tendo havido inscrição em restos a pagar não-processados de R$ 1.430.947,69 e valores pagos de 13.473.093,67. Trata-se de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados; contratação de pessoal de tecnologia da informação, vigilância, recepcionistas, limpeza e conservação, contínuos, telefonistas, copeiragem e manutenção predial; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); insumos e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da Superintendência e Descentralizadas. Os recursos humanos e materiais envolvidos nesta ação são aqueles diretamente envolvidos na atividade de suporte da Unidade.

Dados adicionais sobre contratos da SR/DPF/RS e terceirização encontram-se na seção 5.5 do presente Relatório.

2.3.1.3 – Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

O Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, recebeu recursos na execução da Operação Especial 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis.

Quadro XXII - Dados do Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0089		**Denominação:** Previdência de Inativos e Pensionistas da União			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.					
Objetivos Específicos: Executar ações para garantir benefícios previdenciários aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes					
Gerente de Programa: Não há.					
Responsável pelo Programa na UJ: Rosalvo Ferreira Franco					
Público-alvo (beneficiários): Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				
Não se Aplica		**133.018,26**	**133.018,26**	**0,00**	**133.018,26**
Informações sobre os resultados alcançados: Constantes nas considerações sobre a execução da operação especial realizada					

Código	Tipo[3]	Descrição da Ação
0181	OP	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.5.1 – Operação Especial 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

Quadro XXIII - Dados Gerais da Operação Especial 0181

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento de benefícios de aposentadorias e pensões para servidores inativos, pensionistas e dependentes.
Descrição	Executar ações para pagamentos de benefícios legalmente estabelecidos para servidores inativos, pensionistas e dependentes.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Presidência da República.
Coordenador nacional da ação	-
Produto (unidade de medida)	Pessoa beneficiada (unidade).

Fonte: SIGPLAN

[3] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Quadro XXIV - Execução Financeira da Operação Especial 0181 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Restos a pagar não processados (R$)	Valores Pagos (R$)
0181	133.018,26	133.018,26	0,00	133.018,26

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

Foram empenhados, liquidados e pagos R$ 14.742,95 (catorze mil, setecentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos), cuja importância refere-se a pagamentos e reconhecimentos de dívidas para servidores aposentados e pensionistas.

2.3.2 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

As metas físicas e financeiras estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, constantes no SIGPLAN, são aquelas consolidadas para todo o DPF e acompanhadas pelo Gerente Executivo do seu respectivo Programa, as quais constarão em Relatório específico do Órgão Central. Sendo assim, os dados discriminados no quadro adiante são aqueles disponíveis nesta Unidade Jurisdicionada, consolidados pelos setores responsáveis.

Quadro XXV - Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Meta Financeira Realizada (valores pagos)
9	272	0089	0181	OP	3	133.018,26
6	122	0750	2000	A	3	13.473.093,67
6	122	0750	2012	A	3	504,00
6	125	662	2586	A	3	38.520,00
6	183	662	2720	A	3	521.048,45
6	181	662	2726	A	3	4.720.191,16
6	128	662	4572	A	3	1.688,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

[1] Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

[2] Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento, 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

[3] O campo preenchido com o código "NA" – Não se Aplica. Seguiu-se a orientação da CGU para a hipótese de que UJ opere apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Análise Crítica

Cumprimento das metas físicas: Foi cumprida a maior parte das metas físicas previstas para esta Jurisdicionada, as quais serão objeto de avaliação pormenorizada pelo Órgão Central.

Ações que apresentaram problemas de execução: Os recursos empenhados na ação 2679 não puderam ser executados em 2011, sendo inscritos em Restos a Pagar, pois o fornecedor não logrou êxito em entregar os materiais até o final do exercício. Foram utilizados recursos da Ação 2000 para muitas das operações rotineiras no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros, bem como realizar controle administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando à apuração de infrações previstas na Lei n° 10.357/01.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Quando houve a descentralização e repasse dos recursos financeiros sem atrasos, a execução das ações ocorreu dentro do cronograma previsto ou superaram as metas estabelecidas pelo Órgão Central;

Ações Prioritárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias: Quando não houve contingenciamentos e atrasos nos repasses de recursos, a execução realizada e a prevista (conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias) transcorreu normalmente.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

As informações de dotação não se aplicam a unidade, pois a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, do Departamento de Polícia Federal, e não da Unidade Executora.

Quadro XXVI - Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200337

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Unidade Jurisdicionada por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XXVII - Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	**10.607.046,49**	**11.107.452,32**	**10.607.046,49**	**11.059.623,30**
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	147.171,80	441.515,40	147.171,80	441.515,40
Pregão	10.459.874,69	10.665.936,92	10.459.874,69	10.618.107,90
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	**1.899.491,88**	**2.009.796,73**	**1.899.491,88**	**2.005.879,00**
Dispensa	1.734.715,22	1.842.792,86	1.734.715,22	1.842.792,86
Inexigibilidade	164.776,66	167.003,87	164.776,66	163.086,14
Regime de Execução Especial	**654.663,56**	**637.709,48**	**654.663,56**	**637.709,48**
Suprimento de Fundos	654.663,56	637.709,48	654.663,56	637.709,48
Pagamento de Pessoal	**4.598.379,05**	**5.465.558,40**	**4.598.379,05**	**5.465.558,40**
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	4.598.379,05	5.465.558,40	4.774.420,83	5.465.558,40
Outras	**-**	**-**		**-**
TOTAL	**17.759.580,98**	**19.220.516,93**	**17.935.622,76**	**19.168.770,18**

Fonte: SIAFI Gerencial

OBS.: As despesas referentes a pagamento de pessoal (em folha) são informados pela CRH/DGP/DPF.

2.4.2.2.2) Despesas Correntes dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XXVIII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1-Despesas de Pessoal	**137.979,44**	**16.393,00**	**137.979,44**	**16.393,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16.393,00**
08 Outros Benefícios Assistenciais	137.979,44	16.013,00	137.979,44	16.013,00	0,00	0,00	0,00	16.013,00
92 Despesas Exercicios Anteriores	0,00	380,00	0,00	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	**19.295.977,63**	**17.353.927,35**	**18.346.005,80**	**16.886.836,37**	**949.971,83**	**467.090,98**	**18.345.268,98**	**16.834.835,05**
14 Diárias - Pessoal Civil	4.598.379,05	718.953,75	4.598.379,05	718.953,75	-	0,00	4.597.642,23	718.953,75
30 Materiais De Consumo	2.364.554,46	2.027.198,81	2.033.063,77	1.935.373,88	331.490,69	91.824,93	2.033.063,77	1.935.373,88
33 Passagens E Despesas Com Locomoção	350.819,80	501.413,30	341.492,91	496.650,90	9.326,89	4.762,40	341.492,91	496.650,90
36 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	621.924,09	94.311,29	621.022,01	94.311,29	902,08	0,00	621.022,01	94.311,29
37 Locação De Mão-De-Obra	4.356.943,27	5.944.175,41	4.117.922,96	5.738.801,09	239.020,31	205.374,32	4.117.922,96	5.733.455,70
39 Outros Serviços De Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	6.334.220,43	5.359.440,90	5.977.429,08	5.195.567,95	356.791,35	163.872,95	5.977.429,08	5.149.166,59
47 Obrigações Tributárias E Contributivas	30.116,66	21.119,97	26.729,36	21.119,97	3.387,30	0,00	26.729,36	21.119,97
92 Despesas De Exercícios Anteriores	172.828,68	1.820.270,66	172.827,37	1.819.141,28	1,31	1.129,38	172.827,37	1.818.971,31
93 Indenizações e Restituições	466.191,19	867.043,26	457.139,29	866.916,26	9.051,90	127,00	457.139,29	866.831,66
TOTAIS	**19.433.957,07**	**17.370.320,35**	**18.483.985,24**	**16.903.229,37**	**949.971,83**	**467.090,98**	**18.483.248,42**	**16.851.228,05**

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.2.3) Despesas de Capital dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XXIX - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4- Investimentos	939.590,98	21.234,90	404.815,12	19.536,90	534.775,86	1.698,00	404.815,12	19.536,90
52- Equip. e material permanente - Op. intra-orç.	939.590,98	21.234,90	404.815,12	19.536,90	534.775,86	1.698,00	404.815,12	19.536,90
Totais	939.590,98	21.234,90	404.815,12	19.536,90	534.775,86	1.698,00	404.815,12	19.536,90

Fonte: SIAFI Gerencial

Alterações significativas ocorridas no exercício:

Contingenciamento no exercício: O contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorrido no exercício teve impacto na relação com os fornecedores, com atrasos no pagamento de faturas e dificuldades no cumprimento dos contratos, e também nas ações dos servidores da Polícia Federal, utilização de viaturas (combustíveis) e com pagamento de passagens e diárias para deslocamento.

Eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária: O contingenciamento de recursos, a tempestividade na sua liberação e a demanda crescente por servidores tiveram reflexos negativos na atuação da Superintendência, não chegando a comprometer o cumprimento dos objetivos propostos. Todavia, a situação em foco demonstra que, com a crescente demanda por serviços que a Polícia Federal deve desempenhar para o combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, sobretudo quando se aproximam grandes eventos internacionais que o País sediará, os recursos humanos e materiais constituirão fatores decisivos para o melhor cumprimento das missões da Polícia Federal.

Eventos positivos que facilitaram a execução orçamentária: Atendendo metas de contenção de despesas, houve economia de cerca de 35% nas faturas de serviços de telefonia no DPF, no exercício de 2010, haja vista a disseminação entre os servidores do uso *VOIP - Voice Over Internet Protocol* (tecnologia de transmissão de voz sobre protocolo de internet). O uso desse serviço tem permitido que ligações telefônicas sejam realizadas por meio da rede internet ou através de redes de dados corporativas, e as metas de contenção de despesas continuaram em 2011.

Uma das grandes vantagens do uso do VOIP é de não haver custo, exceto aqueles previstos com o uso da rede lógica, nas ligações telefônicas entre Delegacias do interior e a SR/DPF/RS, e vice-versa, bem como em ligações interurbanas realizadas entre Unidades de estados distintos. A SR/DPF/RS é uma das dez Regionais do DPF que já utiliza o serviço de VOIP de forma regular. Detalhes adicionais sobre o referido programa de redução de custos com telefonia são apresentados no quadro LXI – constante nos Anexos do presente Relatório.

Destaca-se ainda o uso da videoconferência como meio de aperfeiçoamento das ferramentas de comunicação interna, em funcionamento na SR/DPF/RS desde o início de 2010. Tal tecnologia tem permitido significativa redução de custos com diárias de servidores, de forma que os responsáveis por núcleos de investigação bem como dirigentes de Setor, Delegacia, Divisão, entre outros, podem promover intercâmbio simultâneo de informações, sem necessidade de locomoção geográfica, consoante o Quadro LX, anexo ao presente Relatório.

Além das facilidades do VOIP e da videoconferência, salienta-se a gestão mais eficaz da telefonia fixa convencional nesta Unidade Jurisdicionada. Desde o ano de 2005, é realizado o controle das ligações telefônicas realizadas, sobretudo aquelas efetuadas fora do interesse do serviço, cujo custo é ressarcido à União mediante o pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU) pelo responsável, na eventualidade de haver ligações particulares, após o recebimento dos extratos mensais de cada telefonema realizado. A liberação de acesso ao serviço de telefonia, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, exige senha individual e perfil de acesso para cada usuário.

Desde 2010, tem sido intensificado o controle em questão, com a definição de perfis de acesso específicos e controle individual de utilização, surtindo efeitos positivos na conscientização de todos os servidores e colaboradores, de maneira que a média global do consumo dos serviços de telefonia fixa, por dia útil na SR/DPF/RS, foi reduzida em 87,65%, considerando o período de janeiro de 2010 a janeiro de 2011. Desta feita, tais procedimentos de controle, acompanhados pelo Núcleo de Tecnologia de Informação da SR/DPF/RS e por outras Unidades do DPF, culminaram na aprovação da Instrução Normativa n° 25/2010, pela Direção Geral do DPF, em 16 de março de 2010, que dispõe sobre a utilização e gestão da telefonia fixa convencional no âmbito do Departamento de Polícia Federal, prevendo, entre outras regras, que todos os custos relativos às ligações particulares deverão ser ressarcidos ao DPF.

Seguindo os mesmos princípios de economicidade, o Setor de Logística Administrativa Policial buscou providenciar, no âmbito da SR/DPF/RS, programação de temporizador do ar condicionado central, cuja operacionalização ocorre em horários pré-determinados: acionamento sempre após o inicio do expediente matutino, e o desligamento, antes do término do turno vespertino (às 17h30min). Da mesma forma, nas Delegacias do interior, têm adotado similar programação no uso dos equipamentos de alto consumo de energia, observando as diretrizes de redução de custos.

Nos contratos com oficinas, os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais têm sido controlados mediante cotas máximas mensais, que demandam justificativas bem fundamentadas por parte das Delegacias que necessitam ultrapassar os referidos limites de gastos.

2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Departamento de Polícia Federal tem buscado desenvolver instrumentos e mecanismos que possibilitem avaliar, de forma consistente, o resultado de seu desempenho institucional, de modo a subsidiar as decisões de seu corpo diretivo, e, também, melhor prestar contas à sociedade e ao Governo Federal sobre sua atuação.

Atendendo às recomendações do órgão de Controle Interno da Presidência da República no sentido de estabelecer indicadores de desempenho para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão da Polícia Federal quanto aos objetivos estratégicos, houve contratação de instituições que ficariam incumbidas deste propósito em exercícios anteriores, a exemplo do Instituto de Desenvolvimento Gerencial - INDG e da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Todavia, em função de fatores diversos e diante dos resultados iniciais apresentados, restou prejudicado o atendimento na apresentação dos índices demandados.

Ocorre, entretanto, que foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, o qual possui, entre outras atribuições, a seguinte: "II. propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial."

Desta forma, pretende-se fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Nos próximos anos, deverão ser desenvolvidas ações que implicarão na elaboração dos indicadores de desempenho no âmbito desta Polícia Federal, mediante a definição e monitoramento das metas a serem atendidas, inclusive em relação aos acordos e convênios firmados com entes nacionais como os estrangeiros.

Para a análise dos resultados alcançados pela SR/DPF/RS, convém ressaltar que há dois indicadores institucionais, vinculados ao Programa 0662 (Prevenção e Repressão à Criminalidade): Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais e Prazo Médio para a Conclusão de Inquéritos Policiais, cujos resultados, metodologia de cálculo e análises já foram expostos na seção 2.3.1.1 do presente Relatório. A seguir, retrata-se a pertinência da utilização dos referidos indicadores, bem como outros indicadores regionais.

2.4.3.1) Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais

a) **Utilidade:** medir a taxa (percentual) de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2011.

O inquérito instaurado num determinado exercício, devido à complexidade das investigações e/ou procedimentos, eventualmente não pode ser concluído dentro do mesmo exercício. Da mesma forma que os inquéritos relatados no período, podem ser aqueles instaurados em anos anteriores. Dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Nesse sentido, a utilidade desse indicador pode ser claramente percebida haja vista tratar-se de um dos mais representativos índices, o qual sempre é utilizado como referência para a tomada de decisões gerenciais que afetam o desempenho desta Unidade Jurisdicionada.

Todos os esforços são dirigidos para manter o índice relativo à Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais acima de 100%, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento, o que vem se repetindo nos últimos anos. As ações de correição, melhoria e adequação dos processos, e o esforço da Administração foram os fatores decisivos para o avanço.

Treze unidades operacionais descentralizadas da Unidade Jurisdicionada conseguiram suplantar a meta estabelecida no Plano Plurianual (índice superior a 80%) ao final de 2011, com exceção de apenas uma Delegacia, que atingiu índice de 75%. Em 2012, pretende-se averiguar a dimensão das eventuais dificuldades encontradas por aquela única descentralizada, que resultaram em taxa de conclusão de inquéritos inferior à meta do PPA e serão feitas gestões para as medidas corretivas necessárias.

b) **Mensurabilidade:** Houve viabilidade efetiva para que o fenômeno-objeto (Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais) fosse medido por intermédio do indicador supracitado, mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF, disponibilizadas na intranet. Todavia, o índice inferior a 80% não retrata necessariamente insucesso, pois cada inquérito depende de fatores diversos que determinam o tempo de andamento do mesmo.

2.4.3.2) Prazo Médio para Conclusão de Inquéritos Policiais

a) **Utilidade:** medir o prazo médio para a conclusão de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2011 e auxiliar no processo de tomada de decisão gerencial, sobretudo quanto à melhor alocação de recursos pelo ordenador de despesas, a fim de reduzir tal prazo.

b) **Mensurabilidade:** O fenômeno-objeto (Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais) foi medido mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF. Da mesma forma que o índice 2.4.3.1 (taxa de conclusão), possui razoável mensurabilidade: trata-se de um indicador que possui um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditável por terceiros, pois os dados extraídos de sistemas ativos e confiáveis (Sistema Nacional de Procedimentos - SINPRO e Sistema Cartorário - SISCART), por meio de recursos da Coordenação de Tecnologia de Informação do DPF, disponibilizados à Corregedoria Geral, além de ser econômica a produção de tal indicador. Entretanto, este indicador não possibilita aferir uma exata mensuração da produtividade, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Por essa e outras razões, este indicador de desempenho não foi considerado no PPA 2012-2015. Os demais índices relativos à Polícia Judiciária dependem de fatores de elevada complexidade, os quais devem ser observados no decurso das investigações e, principalmente, na deflagração de operações policiais. Ainda nesse sentido, são relevantes as representações bem fundamentadas junto ao Judiciário.

Adicionalmente, foram desenvolvidos indicadores regionais, no âmbito da NEOF/SR/DPF/RS, cujos detalhes são sintetizados adiante.

2.4.3.3) Indicadores de desempenho da execução orçamentário-financeira

a) **Utilidade:** avaliar o desempenho da execução orçamentário-financeira, com base em indicadores de placar balanceado (*Balanced scorecard – BSC,* na perspectiva financeira). Esses indicadores foram mensurados mediante pesquisas realizadas pelo conformista contábil da Unidade Jurisdicionada junto ao Núcleo de Execução Orçamentário-Financeira (NEOF) e têm auxiliado o processo de tomada de decisão gerencial pelo Ordenador de Despesas da Unidade.

b) **Mensurabilidade:** Trata-se de indicadores que possuem um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditáveis por terceiros, pois os dados são extraídos do SIAFI, além de ser econômica a produção de tal indicador.

Quadro XXX – Indicadores de desempenho da UJ sob a perspectiva financeira

OBJETIVO	INDICADOR	FÓRMULA	META	INTERPRETAÇÃO	APURAÇÃO	UNIDADE	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO	DATA DE AFERIÇÃO	FONTE
Manter controle eficaz da conformidade de gestão e contábil da execução orçamentário-financeira	Grau de cumprimento das normas orçamentário-financeiras UG 200372	Quantidade de desconformidades apontadas na transação SIAFI >CONCONFCON/ total de documentos emitidos no SIAFI	Reduzir a zero a quantidade de desconformidades às normas orçamentário-financeiras detectadas/total de itens de análise	menor-melhor	23	Inconsistências	Mensal (período: jan a dez-2010)	07/01/2011	SIAFI
					3	Inconsistências*	Mensal (período: jan a dez-2011)	08/01/2012	SIAFI
	Grau de cumprimento das normas orçamentário-financeiras UG 200373	Quantidade de desconformidades apontadas na transação SIAFI >CONCONFCON/ total de documentos emitidos no SIAFI	Reduzir a zero a quantidade de desconformidades às normas orçamentário-financeiras detectadas/total de itens de análise	menor-melhor	9	Inconsistências	Mensal (período: jan a dez-2010)	09/01/2011	SIAFI
					0	Inconsistências	Mensal (período: jan a dez-2011)	10/01/2012	SIAFI

OBS.: No mês 02/2011, foi registrada inconsistência por equívoco (lapso). De todo modo, nada constava de irregular na conformidade contábil de órgão para a UG 200372.

2.4.3.4) Indicadores de arrecadação da UJ

a) **Utilidade:** avaliar o desempenho da arrecadação de receitas no FUNAPOL e na área de controle de químicos, ano a ano. Esses indicadores foram mensurados mediante pesquisas realizadas pela Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF e têm auxiliado o processo de tomada de decisão gerencial pelo Ordenador de Despesas da Unidade.

b) **Mensurabilidade:** Trata-se de indicador que possui um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditável por terceiros, pois os dados são extraídos do Sistema de Informações de Arrecadação (SIAR), um dos Sistemas Corporativos do DPF, além de ser econômica a produção de tal indicador.

Conforme dados extraídos do SIAR, do Departamento de Polícia Federal, em 2011, no âmbito de todas as Descentralizadas (interior) e da SR/DPF/RS (capital), foram auferidas receitas no montante de R$25.675.235,40 (vinte e cinco milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos), - contemplando arrecadação relacionada a serviços de migração e passaporte; à área de segurança privada prestados pela Delegacia de Controle da Segurança Privada (DELESP); e a serviços de registro, porte de armas, entre outros, realizados pelo Serviço Nacional de Armas (SINARM, vinculada à DELEAQ), - uma receita total 17,79% maior do que em 2010. Este total de receitas representou 5,67% da arrecadação do Órgão - a quarta maior Unidade arrecadadora da Federação.

Salienta-se, ainda, que a arrecadação na área de controle de precursores químicos totalizou R$17.708.638,24 em todas as Unidades Jurisdicionadas do DPF.

Por conseguinte, é possível inferir que houve elevação da demanda de serviços nas atividades de apoio das diversas Delegacias, Setores e Núcleos da Superintendência em Porto Alegre, e principalmente no interior do estado, sendo mantido praticamente o mesmo efetivo de servidores administrativos. Há perspectivas de realização de concurso público, avalizado pela Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF, a fim de preencher 328 vagas para o cargo de Agente Administrativo, porém é aguardada autorização do Ministério do Planejamento.

No tocante ao quesito de alocação de recursos orçamentários para as melhorias das condições de trabalho dos servidores e de atendimento ao público, é possível inferir que todos os esforços convergiram para a máxima aplicação desses recursos, de forma consciente e em sua quase totalidade, embora ainda haja carência de recursos humanos. Por conseguinte, são nítidos os reflexos no desempenho operacional da Polícia Federal neste Estado, ano após ano.

ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro XXXI – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores *Valores em R$ 1,00*

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2010	52.471,32	4.387,73	48.083,59	0,00
2009	3.078,47	3.049,28	29,19	0,00
2008	7.336,97	2.628,23	4.708,74	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2010	477.224,00	209.217,23	253.633,16	14.373,61
2009	2.068.076,38	365.991,05	1.702.085,33	0,00
2008	15.696.104,36	406.995,06	15.289.109,30	0,00
Observações: Exceto as considerações expostas adiante, não há nenhuma análise adicional digna de registro.				

Fonte: SIAFI Gerencial
OBS.: Saldos a pagar em 31/12: Montante Inscrito – Cancelados – Pagos = saldo a pagar em 31/12.

4.2) Análise Crítica

As considerações relativas ao controle do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores foram acompanhadas mensalmente pela Setorial de Contabilidade da Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF, bem como pelas Coordenações de Contabilidade do Ministério da Justiça e da Secretaria do Tesouro Nacional. Sendo assim, no âmbito do DPF, as referidas Unidades, responsáveis principalmente pelo acompanhamento da conformidade contábil, possuem maior ingerência para responder sobre as seguintes questões: (a) a evolução da estratégia de pagamento dos Restos a Pagar adotada pelo órgão; (b) os impactos porventura existentes na gestão financeira do órgão no exercício de referência, decorrentes do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores; e (c) as razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro;

Com relação aos eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de Restos a Pagar, é possível afirmar que houve esforço por parte do Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, no sentido de reduzir a zero os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores. Todavia, nem sempre tal meta se concretiza no tempo esperado, em razão de fatores alheios às determinações do ordenador de despesas, mais diretamente ligados a exigências formais da conformidade contábil do SIAFI, advindas da Setorial de Contabilidade responsável por esta

Jurisdicionada, as quais são encaminhadas a esta Unidade fixando prazos exíguos para o devido cumprimento, sob pena do surgimento de contratempos maiores no futuro, com as sanções cabíveis.

No tocante à existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2011 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto, ou seja, nas ocasiões em que houve pedido formal da Unidade Gestora (200372) pela manutenção dos saldos, foi enviada mensagem n° 2011/0540265-SIAFI à Setorial de Contabilidade, solicitando que fossem mantidos os saldos das notas de empenho 2008NE900060, no valor de R$741,12 (ano 2008) e 2009NE000009, no valor de R$7.745,85 (ano 2009), ambos do Banrisul, com a seguinte justificativa: viabilizar pagamento de licenciamento e do Seguro para Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, referente a viaturas e veículos apreendidos em exercícios findos.

ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro XXXII - Composição do Quadro de Recursos Humanos

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2)	**771**	**771**	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	**-**	**-**	**-**	**-**
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	**771**	**771**	2	1
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	771	771	2	1
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	4	4	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de servidores (1+2)	775	775	-	-

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

OBS.: Foram requisitados 04 servidores de outros órgãos (anistiados), sendo 03 lotados na SR/DPF/RS e 01 lotado na DPF/SCS/RS.

Quadro XXXIII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos		Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1.	**Cedidos (1.1+1.2+1.3)**	**6**
1.1.	Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2.	Exercício de Função de Confiança	0
1.3.	Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	6
2.	**Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)**	**0**
2.1.	Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2.	Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3.	Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4.	Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	0
3.	**Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)**	**39**
3.1.	De oficio, no interesse da Administração	21
3.2.	A pedido, a critério da Administração	14
3.3.	A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4.	A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	2
3.5.	A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	2
4.	**Licença remunerada (4.1+4.2)**	**1**
4.1.	Doença em pessoa da família	1
4.2.	Capacitação	0
5.	**Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)**	**1**
5.1.	Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2.	Serviço militar	0
5.3.	Atividade política	0
5.4.	Interesses particulares	1
5.5.	Mandato classista	0
6.	**Outras situações (Especificar o ato normativo)**	**9**
7.	Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	**55**

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

OBS.: No item 3, foi considerado o total de servidores removidos durante o exercício de 2011.

Quadro XXXIV – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas		Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
		Autorizada	Efetiva		
1.	**Cargos em comissão**	0	**4**	**3**	**3**
1.1.	Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2.	Grupo Direção e Assessoramento superior	0	4	3	3
1.2.1.	Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	4	3	3
1.2.2.	Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3.	Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4.	Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5.	Aposentados	0	0	0	0
2.	**Funções gratificadas**	0	**30**	**11**	**11**
2.1.	Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	30	11	11
2.2.	Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.	Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3.	**Total de servidores em cargo e em função (1+2)**	0	34	14	14

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

Quadro XXXV – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo		Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
		Até 30 anos	**De 31 a 40 anos**	**De 41 a 50 anos**	**De 51 a 60 anos**	**Acima de 60 anos**
1.	**Provimento de cargo efetivo**	38	298	220	176	9
1.1.	Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2.	Servidores de Carreira	38	298	220	176	9
1.3.	Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2.	**Provimento de cargo em comissão**	0	13	14	7	0
2.1.	Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2.	Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	3	1	0
2.3.	Funções gratificadas	0	13	11	6	0
3.	**Totais (1+2)**	38	311	234	183	9

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

Quadro XXXVI – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo		Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
		1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1.	**Provimento de cargo efetivo**	0	0	0	7	122	642	0	0	0
1.1.	Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.	Servidores de Carreira	0	0	4	7	122	642	0	0	0
1.3.	Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.	**Provimento de cargo em comissão**	0	0	4	0	0	0	0	0	0
2.1.	Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2.	Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3.	Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3.	**Totais (1+2)**	0	0	4	7	122	642	0	0	0

Fonte: Planilha SRH/SIAPE
Situação apurada em 31/12
LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF. Os quadros expostos adiante, sobre aposentadorias e pensões concedidas no âmbito da SR/DPF/RS, referem-se a dados apenas ano exercício de 2011, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado pela CRH/DGP/DPF.

Quadro XXXVII – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Regime de proventos / Regime de aposentadoria		Quantidade	
		De servidores aposentados até 31/12	**De aposentadorias iniciadas no exercício de referência**
1.	**Integral**	15	1
1.1	Voluntária	15	1
1.2	Compulsória	0	0
1.3	Invalidez Permanente	0	0
1.4	Outras	0	0
2.	**Proporcional**	1	1
2.1	Voluntária	0	0
2.2	Compulsória	0	0
2.3	Invalidez Permanente	1	1
2.4	Outras	0	0
3.	**Totais (1+2)**	16	2

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/RS – situação em 31/12

Quadro XXXVIII - Quadro de Instituidores de Pensão

Regime de proventos do servidor instituidor		Quantidade de Beneficiários de Pensão	
		Acumulada até 31/12	**Iniciada no exercício de referência**
1.	**Aposentado**	90	-
1.1.	Integral	86	-
1.2.	Proporcional	4	-
2.	**Em Atividade**	13	-
3.	**Total (1+2)**	103	-

Fonte: SIAPE e Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/RS – situação em 31/12

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XXXIX - Composição do Quadro de Estagiários na UJ

Nível de escolaridade	**Quantitativo de contratos de estágios vigentes**				**Despesas no exercício** (em R$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	11	21	29	26	R$ 144.606,94
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	11	21	29	26	R$ 144.606,94
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	11	21	29	26	R$ 144.606,94

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/RS

5.4) Demonstração dos custos de pessoal da UJ

Excepcionalmente, os custos de recursos humanos foram informados pelo Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/RS nos valores totais, posto que outros dados pormenorizados, quais sejam, detalhamento de vencimentos e despesas variáveis, custos por cada servidor cedido ou comissionado, entre outros, são apurados centralizadamente, pela CRH/DGP/DPF. Da mesma forma, a composição do quadro de recursos humanos desta Unidade Jurisdicionada por faixa etária e por nível de escolaridade é acompanhada pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF, cujo Relatório de Gestão deverá apontar tais dados.
Providências estão sendo adotadas, mediante aperfeiçoamento dos sistemas de acesso às informações de recursos humanos, visando, em breve, ao compartilhamento de mais dados pelo Órgão Central com outras Unidades Jurisdicionadas do DPF.

Quadro XL - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	**2011**	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	**2011**	151.116.624,00	0	0	0	0	0	0	0	0	151.116.624,00
	2010	151.116.624,00	0	0	0	0	0	0	0	0	151.116.624,00
	2009	151.116.624,00	0	0	0	0	0	0	0	0	151.116.624,00
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	**2011**	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	**2011**	117.757,64	0	0	0	0	0	0	0	0	117.757,64
	2010	117.757,64	0	0	0	0	0	0	0	0	117.757,64
	2009	117.757,64	0	0	0	0	0	0	0	0	117.757,64
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	**2011**	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	**2011**	7.480,22	0	0	0	0	0	0	0	0	7.480,22
	2010	7.480,22	0	0	0	0	0	0	0	0	7.480,22
	2009	7.480,22	0	0	0	0	0	0	0	0	7.480,22
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	**2011**	11.121,76	0	0	0	0	0	0	0	0	11.121,76
	2010	11.121,76	0	0	0	0	0	0	0	0	11.121,76
	2009	11.121,76	0	0	0	0	0	0	0	0	11.121,76

Fonte: SIAFI – Valores em R$1,00

5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro XLI - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Sul													
UG/Gestão: 200063/00001				**CNPJ:** 00394494/0037-47									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2008	L	O	15/2008	02.252.865/0001-70	29/01/2008	31/12/2011	73	73	-	-	-	-	P
2008	V	O	18/2008	03.144.992/0001-19	01/04/2008	31/12/2011	43	43	-	-	-	-	P
2011	V	O	03/2011	11.222.248/0001-13	01/01/2011	31/12/2012	-	-	5	5	-	-	P
Observação: -													

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/RS

Quadro XLII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Sul													
UG/Gestão: 200063/00001				**CNPJ:** 00394494/0037-47									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2006	4	O	09/2006	93.124.642/0001-83	30/04/2006	30/04/2011			10	10			E
2008	7	O	26/2008	78.533.312/0001-58	24/07/2008	31/12/2012			54	54			P
2008	7	O	27/2008	05.894575/0001-19	01/08/2008	31/12/2012	20	20	120	120			P
2008	7	O	29/2008	02.095.393/0001/90	01/008/2008	31/12/2012			03	03			P
2009	7	O	16/2009	78.533.312/0001-58	01/06/2009	31/12/2012			09	09			P
2009	7	O	17/2009	20.525.093/0001-85	01/06/2009	28/10/2011			04	04			E
2010	2	O	03/2010	00.192.707/0001-47	11/01/2010	31/12/2012	07	07			01	01	P
2010	7	O	15/2010	78.533.312/0001-58	01/12/2010	31/12/2012			10	10			P
2011	4	O	16/2011	02.877.566/0001-21	01/05/2011	31/12/2012			5	5			P
2011	4	O	17/2011	76.366.285/0001-40	01/05/2011	31/12/2012			2	2			P
2011	7	O	18/2011	72.173.164/0001-21	02/05/2011	31/03/2012			5	5			P
2011	7	O	19/2011	78.533.312/0001-58	02/05/2011	31/03/2012			2	2			P
2011	7	O	20/2011	78.533.312/0001-58	02/05/2011	31/03/2012			2	2			P
2011	7	O	21/2011	78.533.312/0001-58	02/05/2011	31/03/2012			10	10			P
2011	7	O	22/2011	72.173.164/0001-21	23/05/2011	31/03/2012			5	5			P
2011	7	O	23/2011	78.533.312/0001-21	16/05/2011	31/03/2011			5	5			P
Observação: -													

LEGENDA **Área:** 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móvies 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 14. Outras	**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. **Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Considerações gerais

- **Absenteísmo** - Não há indicadores estatísticos detalhados no Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/RS sobre o absenteísmo de servidores. Há a folha ponto de preenchimento manual e o ponto eletrônico o qual resulta um relatório de freqüência, controlado pelas chefias.

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais** - No decorrer do ano de 2011, foram instaurados pela Corregedoria seis procedimentos especiais de Acidente em Serviço na SR/DPF/RS, sendo homologados quatro procedimentos, havendo dois procedimentos aguardando ainda a homologação junto à Coordenação de Recursos Humanos/DGP/DPF.

Em conjunto com o Setor de Atendimento Médico, o SRH local coordena as licenças por motivo de doença, bem como convoca os servidores para as perícias medicas periódicas.

Segundo o Serviço Médico do DPF, está sendo desenvolvido sistema Gerencial para o adequado acompanhamento dos procedimentos de Acidentes de Trabalho e doenças ocupacionais, que possibilitará a prestação de detalhamentos adicionais para os órgãos de controle. Nesta Unidade Jurisdicionada, foram identificadas duas ocorrências de doença ocupacional em 2011.

- Rotatividade (*turnover*) – Encontra-se em desenvolvimento pela DGP relatório de análise da Rotatividade de pessoal.

- Educação Continuada - A DGP pretende elaborar relatório gerencial que demonstre a quantidade de cursos disponibilizados e aqueles efetivamente realizados.

- Disciplina - A cargo da Corregedoria Regional da SR/DPF/RS, mediante o desenvolvimento de critérios para aplicação com futura avaliação de desempenho. Em 2011, foram instaurados 04 (quatro) Procedimentos Administrativos Disciplinares, 22 (vinte e duas) sindicâncias investigativas e nenhuma sindicância acusatória. Ademais, a Corregedoria realizou, em sete unidades desta Unidade Jurisdicionada, 1.289 correições ordinárias e 1.012 correições parciais. Também foram correicionados 28 Termos Circunstanciados no Estado.

ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

7. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV

Quadro XLIII - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul	200372, 200373

Eu, JOSÉ JAIR WERMANN, CPF n° 297.801.360-53, ocupante do cargo de Perito Criminal Federal, exercido na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos celebrados pela estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congênere. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Porto Alegre/RS, 07 de fevereiro de 2012

JOSÉ JAIR WERMANN

CPF 297.801.360-53

Perito Criminal Federal

ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

8. 1) Informações sobre declarações de bens e rendas

Quadro XLIV– Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	34	34	34
	Entregaram a DBR	32	32	32
	Não cumpriram a obrigação	2	2	2

8. 2) Análise Crítica

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei n° 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendas (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Análise Crítica

▪ **Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR:** O SRH notifica o servidor a cumprir com as determinações pertinentes. Em 2011, dois servidores foram devidamente notificados, porém até 31 de dezembro, não houve atendimento à determinação superior.

▪ **Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR:** O setor responsável por esse gerenciamento é o SRH/SR/DPF/RS, cujo sistema não é informatizado, ou seja, há apenas uma planilha de controle da cobrança e da entrega.

▪ **Forma de recepção das DBR:** O servidor deverá entregar a DBR impressa anualmente ou autorização para o acesso da CGU às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil (RFB). Assim, os servidores desta Unidade Jurisdicionada também têm a opção de entregar ao SRH Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

▪ **Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito do identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida:** Não há análise deste SRH. Tal declaração estará à disposição dos órgãos competentes quando necessário.

▪ **Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações:** As DBR ficam arquivadas na pasta funcional do servidor. As autorizações para o acesso da CGU às DBR são guardadas em pasta do arquivo geral deste SRH.

ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

9. 1) Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro XLV - Estrutura de controles internos da SR/DPF/RS

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				**x**	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			**x**		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**x**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					**x**
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					**x**
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			**x**		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				**x**	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					**x**
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**x**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				**x**	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			**x**		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			**x**		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			**x**		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			**x**		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			**x**		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		**x**			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**x**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					**x**
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				**x**	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			**x**		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			**x**		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			**x**		
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				**x**	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					**x**

25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				**x**	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				**x**	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				**x**	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			**x**		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			**x**		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				**x**	

Considerações gerais

Metodologia utilizada pela UJ para responder os quesitos: Foi designado um servidor da Unidade Jurisdicionada lotado no SELOG/SR/DPF/RS para fornecer as respostas.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Embora a Direção Geral do DPF tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul não possui Unidade de Controles Interno que possa responder sobre a natureza dos controles em questão. Até o presente momento, estas atribuições são realizadas pela Controladoria-Geral da União, pelo Assessor de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, juntamente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Assim, foi objeto da análise supracitada o sistema de controles internos existente no Setor de Administração e Logística Policial, cujas rotinas foram consideradas relevantes para o regular desempenho orçamentário-financeiro da Unidade.

ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XLVI - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					**X**
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? ***Aquisição de Split -*** *Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do produto ofertado, nos termos da Portaria INMETRO nº 289, de 16.11.06, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC e trata da etiquetagem compulsória.*					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			**X**		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			**X**		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			**X**		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		**X**			
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? *Redução do consumo de energia elétrica, com a aquisição de lâmpadas econômicas.*					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	**X**				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			**X**		
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? *A aquisição de veículos é realizada pelo Órgão Central.*					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			**X**		
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			**X**		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			**X**		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					**X**
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					**X**
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? *Através de comunicação oficial (memorando) e publicação de avisos na intranet local.*					

13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					**X**
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? *1) Distribuição de Folders nas Delegacias com a devida publicidade do Programa Carbono Neutro, sendo destacado o plantio de árvores, veiculado pela imprensa local;* *2) Comissão de Coleta Seletiva Solidária constituída nesta Regional em 2007;*					

Considerações Gerais:

Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos: Considerando que a Comissão Permanente de Licitações e a Área de Gerenciamento de Contratos da SR/DPF/RS lidam diretamente com várias questões inerentes aos quesitos supracitados, o questionário foi respondido por 01 (um) funcionário lotado em cada um dos referidos setores.

Em continuidade ao Programa Carbono Neutro, esta Jurisdicionada realizou, em 2011, o plantio de cerca de 2000 mudas em todo o Rio Grande do Sul. Detalhes adicionais a respeito do referido programa, em vigor na SR/DPF/RS, encontram-se na seção 17.2.2 do presente Relatório de Gestão.

Considerando o disposto no Decreto nº 5.940, de 25/10/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, por meio da Portaria n° 184/2007-SR/DPF/RS, de 09/07/2007 foi criada a Comissão de Coleta Seletiva Solidária no âmbito desta Unidade Jurisdicionada. Atualmente, a referida Comissão é responsável por coordenar a implantação dos trabalhos de coleta no prédio e estabelecer o relacionamento do DPF com as associações e cooperativas de catadores participantes em todas as etapas do processo, especialmente nas fases de cadastramento e celebração dos acordos locais, além de acompanhar a implantação do programa em todas as suas etapas, desde o início da realização do diagnóstico, o planejamento da infra-estrutura para a seleção de material e para a coleta diferenciada dos resíduos, o armazenamento temporário, o sistema de retirada do material, a sensibilização e educação permanente dos servidores e demais integrantes da instituição, até a avaliação e monitoramento do processo. Pretende-se atualizar o Normativo, tratando dos novos integrantes da referida Comissão, com a publicação de nova Portaria em 2012.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/RS

ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Seguem adiante três quadros com dados sobre a distribuição espacial e discriminação dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União, sob responsabilidade da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul, bem como sobre os imóveis locados por esta Regional.

Quadro XLVII - Distribuição dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	**RIO GRANDE DO SUL**	**11**	**11**
	Caxias do Sul	01	01
	Jaguarão	01	01
	Passo Fundo	01	01
	Porto Alegre	02	02
	Rio Grande	01	01
	Santa Maria	02	02
	Santa Vitória do Palmar	01	01
	Santo Ângelo	01	01
	São Borja	01	01
Subtotal Brasil		**11**	**11**
EXTERIOR		Não há	Não há
Subtotal Exterior		**-**	**-**
Total (Brasil + Exterior)		**15**	**11**

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Quadro XLVIII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	**RIO GRANDE DO SUL**		
	SR/DPF/RS – Garagem de Veículos	1	1
	UTEC – DPF/Santa Maria/RS	1	1
	UTEC – DPF/Passo Fundo/RS	1	1
	Delegacia Pelotas e Depósito de Veículos	1	1
	Delegacia de Uruguaiana/RS	1	1
	Delegacia de Caxias do Sul	2	2
	Delegacia de Bagé	1	1
	Delegacia de Santa Cruz do Sul	1	1
Subtotal Brasil		**09**	**09**
EXTERIOR		Não há	Não há
Subtotal Exterior		**-**	**-**
Total (Brasil + Exterior)		**09**	**09**

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SELOG/SR/DPF/RS

Quadro XLIX - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Unidade

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel em R$		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
200372	8599.00034.500-2	13- Entrega Adm Fed Direta	4-Regular	Não informado	09/06/2000	650.697,75
200372	8721.00031.500-2	13-Entrega Adm Fed Direta	3-Bom	Não informado	04/12/2001	237.724,72
200372	8785.00030.500-3	13-Entrega Adm Fed Direta	3-Bom	Não informado	06/03/2008	875.404,44
200372	8801.00513.500-4	13-Entrega Adm Fed Direta	3-Bom	Não informado	04/12/2001	4.052.638,85
200372	8801.00577.500-3	12-Em regularização Entrega	2-Muito bom	Não informado	30/12/2005	12.368.329,00
200372	8815.00165.500-3	13-Entrega Adm Fed Direta	3-Bom	Não informado	04/12/2001	699.093,92
200372	8841.00306.500-8	13-Entrega Adm Fed Direta	3-Bom	Não informado	04/12/2001	59.997,97
200372	8841.00352.500-9	23-Vago para uso	4-Regular	Não informado	10/07/2008	1.300.245,57
200372	8849.00028.500-2	13-Entrega Adm Fed Direta	3-Bom	Não informado	04/12/2001	249.318,45
200372	8853.00039.500-0	13-Entrega Adm Fed Direta	2-Muito bom	Não informado	04/12/2001	713.981,56
200372	8863.00033.500-5	13-Entrega Adm Fed Direta	4-Regular	Não informado	04/12/2001	59.997,96
					Total	21.267.430,19

Fonte: Setor de Edificações/SELOG/SR/DPF/RS e Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial

11.2) Análise Crítica Sobre a Gestão de Imobilizados sob Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

A relação de imóveis da Unidade Jurisdicionada em referência, bem como os valores reavaliados desses imóveis encontram-se carentes de uma atualização mais precisa no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET. De acordo com a Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional/Secretaria de Patrimônio da União nº 322 de 23 de agosto de 2001, o SPIUNET passou a ser a principal fonte alimentadora do SIAFI para efeito de contabilização dos imóveis, mantendo a tempestiva compatibilidade entre as informações existentes nos Sistemas.

Ante o exposto, em 2011, foram adotadas providências visando à realização de capacitação de servidores e a adequada atualização dos valores dos imóveis de uso especial sob real responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada. Foram detalhadas mais informações sobre os procedimentos de atualização de imóveis no Quadro LIV – Relatório de cumprimento das recomendações da CGU, em atendimento ao Relatório de Auditoria n° 201108891.

Por conseguinte, houve avanços na sistemática de avaliação dos referidos imóveis, a fim de que a base monetária seja mais fidedigna e o valor registrado no SPIUNET espelhe o valor justo (de mercado), considerando-se os valores depreciáveis, quando cabíveis.

Com relação à atualização do valor locatício de imóveis locados de terceiros, em razão das normas que regem a matéria, quando os índices pleiteados por terceiros são superiores àqueles pactuados em contrato, por ocasião de repactuações de preços, encaminha-se ofício à Superintendência Regional do Patrimônio da União, solicitando que sejam procedidas as avaliações.

No tocante aos imóveis referidos no Quadro XLIX, não foi possível realizar o levantamento das despesas com manutenção no exercício de 2011.

ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

12.1) Gestão de Tecnologia da Informação

No DPF, a área de Tecnologia de Informação é composta por um órgão central, a Coordenação de Tecnologia da Informação - CTI, responsável pela elaboração e consolidação do Plano Diretor de Informática, pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos, pela estrutura da intranet e conexões dessa com a internet, entre outras funções típicas de Direção Geral. Regionalmente, nas Superintendências, os Núcleos de Tecnologia da Informação - NTIs são responsáveis pela difusão e aplicação das diretrizes e normas traçadas pela CTI, pela manutenção da infraestrutura de TI, em especial equipamentos e intranet, e pelo atendimento aos usuários da região.

Segue adiante um quadro contendo a avaliação da gestão de Tecnologia de Informação no âmbito desta Unidade Jurisdicionada. Entretanto, salienta-se que muitos dos quesitos adiante avaliados não se aplicam aos NTIs. Nesse contexto, com o intuito de não prejudicar o quesito, o mesmo foi respondido como (1) – Totalmente Inválida.

Quadro L - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	14				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	60,00%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		

Observação:
Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos: As respostas aos quesitos foram apresentadas pelo Chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/RS, em 24/02/2011.
Convém salientar que os dados referentes a planejamento estratégico da área em questão são obtidos junto à Coordenação de Tecnologia da Informação do DPF, em Brasília/DF. Adicionalmente, algumas ações executadas nesta Unidade Jurisdicionada, no contexto das diretrizes estabelecidas pelo Órgão Central encontram-se mais pormenorizadas na seção 17.2.4 do presente Relatório.

LEGENDA
Níveis de avaliação:
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/RS

ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

13.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constante nos Decretos números 5.355/2005, 6.370/2008, 93.872/1986 (artigo 47) e 3.518/2000, Instrução Normativa (IN) n° 05/1996-Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria 90, de 24 de abril de 2009-Ministério do Planejamento, Portaria n° 95-Ministério da Fazenda, de 19 de abril de 2002, bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta. Em 09 de novembro de 2009, foi expedida a Instrução Normativa n° 11/2009-Direção Geral do DPF, que alterou a IN n° 09/2008-Direção Geral do DPF, atualizando os procedimentos, consoante as Portarias (supracitadas), expedidas em 2009, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Justiça.

Assim, a nova IN n° 011/2009-DG/DPF manteve a regulamentação da concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos para o custeio das despesas decorrentes das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal – DPF, com regime especial de execução, estatuído no artigo 47 do Decreto n° 93.872/86, e das despesas previstas no art. 45 do mesmo instrumento legal, atualizando as orientações voltadas para os Ordenadores de Despesas e supridos, de forma prática e objetiva, na gestão de tais adiantamentos, visando à padronização dos procedimentos envolvidos.

Em 2011, nesta Unidade Gestora Funapol (única em que há despesas com cartão de crédito corporativo), houve redução de 111% das despesas pagas mediante suprimento de fundos, considerando as despesas de pequeno vulto, em relação ao ano de 2010. Quanto às despesas executadas sob o Regime Especial, houve elevação de apenas 3%. Os montantes de gastos com Cartões de Pagamento do Governo Federal nos referidos exercícios estão expostos nos quadros seguintes:

Quadro LI – Despesas de Pequeno Vulto pagas com cartão de crédito corporativo por suprido

Código da UG 1 (FUNAPOL)	**200373**	**Limite de Utilização da UG 1 (FUNAPOL)**	**16.000,00**		
Portador*	**CPF***	**Valor do Limite Individual**	**Valor**		**Total**
			Saque	**Fatura**	
Giovanni Alberto Kranz	29916674000	**8.000,00**	2.660,00	2.540,80	5.200,80
Vinícius Marcelino Ilha	95172297049	**8.000,00**	1.690,00	6.253,23	7.943,23
Total utilizado pela UG sob Regime de Pequeno Vulto			4.350,00	8.794,03	13.144,03
Total utilizado pela UJ			4.350,00	8.794,03	13.144,03

Fonte: SIAFI – valores em R$1,00

*Obs.: Os supridos que executaram despesas sob o Regime Especial de Execução tiveram seus nomes e CPFs omitidos, em observância ao §1° do art. 4° da Decisão Normativa TCU N° 108/2010. Assim, o quadro acima apenas contempla o CPF dos supridos que realizara despesas de pequeno vulto.

Quadro LII – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador
(Regime Especial de Execução)

Código da UG Funapol	**200373**	
Regime Especial de execução	**Valor Individual Concedido**	**Total Efetivamente aplicado**
Total utilizado pela UG em 2011 sob o Regime Especial de Execução	942.500,00	654.663,56
Total utilizado pela UG em 2010 sob o Regime Especial de Execução	856.800,00	637.709,48
Total utilizado pela UG em 2009 sob o Regime Especial de Execução	1.078.000,00	808.652,15

Fonte: SIAFI

Quadro LIII – Despesas de Pequeno Vulto Com Cartão de Crédito Corporativo –
(Série Histórica)

Exercícios	**Saque**	**Fatura**	**Total (R$)**
	(a) Valor	**(b) Valor**	**(a+b)**
2011	4.350,00	8.794,03	13.144,03
2010	10.534,00	17.252,77	27.786,77
2009	6.215,00	8.753,53	14.968,53

Fonte: NEOF e SIAFI

ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul não recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União no exercício de 2011.

15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações do Tribunal de Contas da União para esta Unidade Jurisdicionada que tenham permanecido pendentes de atendimento no exercício de 2011.

15.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul recebeu recomendações da Controladoria–Geral da União no exercício de 2011, sendo todas atendidas, conforme quadros adiante elencados.

De acordo com o Informe n° 008/2011, oriundo da Assessoria Especial de Controles Internos do Ministério da Justiça, as constatações e impropriedades apontadas pela auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno não acarretaram ressalvas no Certificado de Auditoria emitido pela CGU.

Quadro LIV – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul - SR/DPF/RS	200372/200373

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
1	RA 201108891	2.1.1.1 – Restos a Pagar	Memo n° 096/2011-AECI/MJ; Ofício n° 22948/2011/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR

Entidade responsável objeto da recomendação
Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira/SELOG da SR/DPF/RS
Descrição do Item do Relatório
Inscrição de notas de empenho em Restos a Pagar não processados em desacordo com os incisos do art. 35 do Decreto n° 93.872/86.
Descrição das Recomendações:
Recomendação n° 01 Recomenda-se o cancelamento da inscrição de despesas como Restos a Pagar que não se enquadram nas hipóteses do artigo 35 do Decreto n° 93.872/86, no valor de R$ 152.832,83. **Recomendação n° 02** Recomenda-se também a revisão das demais despesas empenhadas inscritas como Restos a Pagar não processados que não foram amostrados pela equipe de auditoria, para verificar se os valores se enquadram em alguma das hipóteses do mesmo dispositivo legal e caso negativo, efetuar o cancelamento da sua inscrição. **Recomendação n° 03** Em relação à Nota de Empenho nº 900476, recomenda-se, além do cancelamento da inscrição dos restos a pagar sem fundamento no art. 35 do Decreto nº 93.872/86, a regularização dos lançamentos no Sistema SIAFI.
Providências Adotadas
Setor Responsável pela implementação
Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira/SELOG da SR/DPF/RS
Síntese da providência adotada:
Recomendação n° 01 Promover o cancelamento da inscrição de despesas como Restos a Pagar, acima referidas. **Recomendação n° 02** Realizar a revisão das demais despesas empenhadas inscritas como Restos a Pagar não processados que não foram amostradas pela equipe de auditoria. **Recomendação n° 03** Realizar a regularização da Nota de Empenho n° 900476.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação n° 01 No âmbito do Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira da SR/DPF/RS, foi elaborada planilha eletrônica (Excel), contendo relação das despesas com Restos a Pagar - apontadas pela Auditoria da Unidade de Controle Interno, cujos saldos de empenhos foram devidamente verificados, promovendo-se cancelamento. Com isso, as notas de empenhos 2010NE900030, 2010NE900081, 2010NE900476 e 2010NE900030, que totalizavam saldo de Restos a Pagar não processados em 2011, no valor de R$152.832,83, foram canceladas. Assim, tal recomendação foi atendida com êxito até o dia 28/06/2011. **Recomendação n° 02** Foi elaborada planilha Excel, contendo relação de despesas com Restos a Pagar não amostrados pela Equipe de

Auditoria da Unidade de Controle Interno, a fim de verificar se os valores se encontravam em desacordo com as hipóteses do art. 35 do Decreto n° 93.872/86, de modo que houve o devido cancelamento dos referidos saldos, quando foi possível, em observância ao normativo supracitado.
No levantamento acima mencionado, verificou-se a existência de saldos irrisórios que também foram cancelados. Houve a manutenção de saldos apenas quando identificados que permanece o direito do credor (processados) ou o interesse da Administração Pública em exigir o cumprimento do objeto (não processados). Assim, tal recomendação foi atendida até o dia 28/06/2011 (antes do prazo limite).
Recomendação n° 03
Houve a regularização da Nota de Empenho n° 900476, além do cancelamento da inscrição dos saldos de restos a pagar que eventualmente não se encontravam amparados no art. 35 do Decreto nº 93.872/86. Assim, tal recomendação foi atendida.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul - SR/DPF/RS	200372/200373

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RA 201108891	4.1.2.1 – Controles Internos Administrativos	Memo n° 096/2011-AECI/MJ

Setor responsável objeto da recomendação

Núcleo Administrativo do SELOG/SR/DPF/RS

Descrição do Item do Relatório

Falhas nos controles internos da UJ relativos às informações contidas nos Sistemas SPIUnet e SIAFI sobre o registro de bens imóveis de uso especial.

Descrição da Recomendação :

Recomendação n° 01
Recomenda-se ao gestor que providencie o registro dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros sob sua responsabilidade no sistema SPIUnet de modo a atender às disposições constantes no Manual do SPIUnet.
Recomendação n° 02
Recomenda-se ao gestor proceder às atualizações dos registros dos imóveis no SPIUnet, de forma a atender o subitem 3.1.3.6 da Macrofunção SIAFI nº 021107 e o subitem 4.6.2 da Orientação Normativa/GEADE/SPU/MP nº 004/2003.
Recomendação n° 3:
Recomenda-se ao gestor que providencie a regularização dos saldos constantes de contas de imóveis de uso especial sem RIP no sistema SIAFI.
Recomendação n° 4:
Recomenda-se ao gestor aperfeiçoar os controles internos afetos ao registro de informações no sistema SPIUnet de modo a evitar ocorrências análogas as relatadas.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação

Núcleo Administrativo do SELOG/SR/DPF/RS

Síntese da providência adotada:

Recomendações n° 01 a 04
Solicitar capacitação e treinamento de servidores para o devido atendimento da recomendação supracitada e aperfeiçoamento dos controles internos.

Síntese dos resultados obtidos

Recomendações n°s 01 a 04

No âmbito do NAD/SR/DPF/RS, houve a revisão dos procedimentos em questão e já foi realizado um curso por um Administrador lotado naquele Núcleo, no período de 13 a 15/06/2011, promovido em Brasília, conforme Mensagem SIAFI 2011/0777486, da UG emissora 200240. Assim, a atualização dos registros de imóveis encontra-se em regular andamento.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Apenas aguardava-se a resposta da Coordenação de Orçamento e Finanças atendendo a solicitação de treinamento aos servidores atuantes na área em questão. Assim, o curso foi realizado com sucesso e irá proporcionar regularidade no registro de bens imóveis de uso especial.

Atualmente, esta sendo realizada a reavaliação de imóveis pelo NAD/SR/DPF/RS. Após isso, será procedida a inclusão dos valores atualizados no SPIUNET e as consequentes regularizações contábeis no SIAFI.

Também estão reavaliados de imóveis locados de terceiros, regularizando-os de forma gradativa, com a ressalva de que tal regularização está sendo realizada de forma descentralizada por cada Delegacia no interior, visando à economia de gastos com deslocamento de servidores, além de que não há servidor com formação específica para realizar essa providência em tempo em um exíguo espaço de tempo. Terminada a fase de reavaliação de imóveis, serão realizadas as atualizações devidas nos Sistemas SPIUNET (pelo NAD/SR/DPF/RS) e no SIAFI (pelo NEOF/SR/DPF/RS).

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul - SR/DPF/RS	200372/200373

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RA 201108891	3.1.1.1 – Controles Internos Administrativos	Memo n° 096/2011-AECI/MJ

Setor responsável objeto da recomendação

Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/RS

Descrição do Item do Relatório

Descrição da Recomendação n° 01

Recomendação n° 01

Recomenda-se ao gestor que revise os procedimentos de controle interno de entrega das declarações de bens e rendas de modo que estas ocorram de forma tempestiva, conforme determina a Lei nº 8730/1993 e a Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007.

Recomendação n° 02

Recomenda-se ao gestor que adote providências no sentido de regularizar a situação dos servidores relacionados no campo "fato" quanto a entrega das declarações de bens e rendas, conforme determina a Lei nº 8730/1993 e a Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação

Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/RS

Síntese da providência adotada:

Recomendação n° 01

Proceder-se a revisão dos procedimentos de controle interno de entrega das declarações de bens e rendas de modo que estas ocorram de forma tempestiva, conforme as determinações legais.

Recomendação n° 02

Regularizar a situação dos servidores acima relacionados.

Síntese dos resultados obtidos

Recomendação n° 01

No âmbito do SRH/SR/DPF/RS, houve a revisão, dos procedimentos em questão, de forma a assegurar a entrega tempestiva entrega das declarações de bens e rendas. O setor de SRH está sofrendo algumas modificações internas no tocante a fluxogramas, bem como aos processos inerentes a sua área. Ressalta-se a necessidade continua do

aperfeiçoamento de seus servidores, bem como de preenchimento total das vagas existentes no quadro de pessoal do DPF por servidores concursados, observando-se também a possibilidade de aposentadorias imediatas de alguns membros do setor. Diante desse quadro, sabe-se da grande importância de atendimento com excelência de todas as demandas do SRH. E isso se busca constantemente, mesmo estando aquém no numero de servidores necessários ao desempenho de toda a carga de trabalho existente no SRH.

Recomendação n° 02

Foram revisados os procedimentos em questão. Assim, foi efetuada a notificação dos servidores relacionados pela Equipe de Auditoria da CGU/RS para que procedessem a entrega tempestiva das declarações de bens e rendas, bem como o devido encaminhamento de declarações por ventura não entregues.

Assim, a situação encontra-se regularizada.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul - SR/DPF/RS	200372/200373

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RA 201108891	4.1.3.1 – Área de Pessoal	Memo n° 096/2011-AECI/MJ

Setor responsável objeto da recomendação

SRH/SR/DPF/RS

Descrição do Item do Relatório

Concessão de Abono de Permanência a servidores em virtude de contagem de tempo de serviço ficto, com base na Lei 3.313/1957

Descrição da Recomendação

Recomendação n° 01

Recomenda-se ao gestor que revise a concessão do benefício do abono permanência para os servidores que tenham computado tempo de serviço ficto com base na Lei nº 3.313/1957, suspendendo o pagamento caso constatado que o tempo resultante (sem a contagem do tempo ficto) seja inferior ao tempo de serviço necessário para o enquadramento nas regras de aposentadoria.

Recomendação n° 02

Recomenda-se ao gestor que se abstenha de incluir no cômputo do tempo de serviço necessário para o enquadramento na aposentadoria especial para policiais (Lei Complementar nº 51/1985) a contagem de tempo fictício com base na Lei nº 3.313/1957.

Recomendação n° 03

Recomenda-se, também, que seja efetuado o ressarcimento dos valores percebidos indevidamente, haja vista que, nos termos do art. 54 da Lei n.º 9.784/99, houve o reconhecimento tempestivo da falha pela Administração. Relativamente à aplicação da Súmula TCU n.º 106, entendemos ser esta de uso exclusivo do Tribunal de Contas da União, quando em julgamento de responsáveis pela utilização e gerenciamento de recursos públicos federais.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação

SRH/SR/DPF/RS

Síntese da providência adotada:

Recomendação n° 01

Revisão da concessão do benefício do abono permanência para os servidores que tenham computado tempo de serviço ficto com base na Lei nº 3.313/1957.

Recomendação n° 02

Abster-se de incluir no cômputo do tempo de serviço necessário para o enquadramento na aposentadoria especial para policiais (Lei Complementar nº 51/1985) a contagem de tempo fictício com base na Lei nº 3.313/1957.

Recomendação n° 03

Efetuar o ressarcimento dos valores percebidos indevidamente.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendações n° 01 a 03 : A situação foi regularizada, os procedimentos modificados e foi efetuado o ressarcimento do valores percebidos indevidamente.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul - SR/DPF/RS	200372/200373

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RA 201108891	4.1.4.1 – Área de Pessoal	Memo n° 096/2011-AECI/MJ

Setor responsável objeto da recomendação

SRH/SR/DPF/RS

Descrição do Item do Relatório

Pagamento indevido de auxílio-alimentação

Descrição da Recomendação

Recomendação n° 01

Recomenda-se ao gestor que revise os valores pagos ao servidor de CPF nº 284.036.568-58 (matrícula SIAPE nº 2607351) a título de auxílio-alimentação, efetuando o ressarcimento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, dos valores pagos indevidamente.

Recomendação n° 02

Recomenda-se, ainda, ao gestor que revise os valores pagos a título de auxílio-alimentação, no exercício de 2010, para os servidores relacionados no campo fato (item b) e também para os demais servidores aposentados no exercício, no mês de sua concessão, efetuando o ressarcimento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, dos valores pagos indevidamente.

b) considerando-se que o valor destinado ao custeio do auxílio-alimentação dos servidores ocorre de forma antecipada, pela própria natureza do benefício e que conforme disposto no art. 22, § 6° da Lei n° 8.460/1992 o desconto do auxílio-alimentação é por dia não trabalhado na proporcionalidade de 22 dias, houve inadequação no pagamento do benefício para os seguintes servidores quando da concessão da aposentadoria no exercício de 2010:

Matrícula SIAPE	Data da aposentadoria	Valor pago (R$)/ (mês da ocorrência)	Dias úteis não trabalhados mês da aposentadoria	Valor que deveria ter sido descontado (R$)	Valor pago a maior (R$) *
178606	14/07/10	193,45 (julho de 2010)	13	179,53	372,98
178641	12/07/10	151,99 (julho de 2010)	17	234,77	386,76
178754	05/05/10	69,09 (maio de 2010)	19	262,39	331,48
179163	04/10/10	69,09 (outubro de 2010)	19	262,39	331,48
179166	12/04/10	165,72 (abril de 2010)	14	193,34	359,06

182437	12/07/10	151,99 (julho de 2010)	15	207,15	359,14
1162546	05/08/10	69,09 (agosto de 2010)	19	262,39	331,48
179137	06/08/10	82,90 (agosto de 2010)	18	248,58	331,48

* Valor pago + valor que deveria ter sido descontado
O valor considerado por dia não trabalhado foi de R$ 13,81 (R$ 304,00/22 dias)

Recomendação n° 03
Recomenda-se também ao gestor da SR/DPF/RS aperfeiçoar seus controles internos afetos à concessão do auxílio ora em pauta, de forma a evitar a ocorrência de novas falhas análogas às relatadas.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação

SRH/SR/DPF/RS

Síntese da providência adotada:

Recomendação n° 01
Revisar os valores pagos ao servidor de CPF nº 284.036.568-58 (matrícula SIAPE nº 2607351) a título de auxílio-alimentação, efetuando o ressarcimento.
Recomendação n° 02
Revisar os valores pagos a título de auxílio-alimentação, no exercício de 2010, para os servidores relacionados no campo fato (item b) e também para os demais servidores aposentados no exercício
Recomendação n° 03
Aperfeiçoar os controles internos afetos à concessão do auxílio ora em pauta.

Síntese dos resultados obtidos

Os valores pagos, indevidamente aos servidores em questão foram revisados, bem como ressarcidos ao erário, dentro do prazo estipulado pelo órgão de controle interno.
Os procedimentos e controles internos encontram-se em fase de mudanças no SRH desta Regional e serão observados criteriosamente a fim de que não ocorram mais falhas relevantes em sua execução.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	**Código SIORG**
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul - SR/DPF/RS	200372/200373

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RA 201108891	4.1.5.1 – Área de Licitações	Memo n° 096/2011-AECI/MJ

Setor responsável objeto da recomendação

Área de Licitações e Contratos/SR/DPF/RS

Descrição do Item do Relatório

Falhas quanto ao enquadramento legal dos processos de contratação por dispensa e inexigibilidade de licitação

Descrição da Recomendação

Recomendação n° 01
Recomenda-se à Unidade que efetue o adequado enquadramento legal das dispensas ou inexigibilidades de licitação em consonância com o disposto nos arts. 24 e 25, da Lei nº 8.666/93, observando, ainda, as orientações emanadas de seu órgão de assessoramento jurídico. Para atender ao princípio da economicidade, nos casos em que os valores

contratados estiverem dentro dos limites fixados nos arts. 24, I e II, da Lei 8.666/93, é permitido à Unidade não realizar a publicação do ato na imprensa oficial, com o objetivo de reduzir os custos e tempo do processo de contratação.
Providências Adotadas
Setor Responsável pela implementação
Área de Licitações e Contratos/SR/DPF/RS
Síntese da providência adotada:
Recomendação n° 01 Efetuar o adequado enquadramento legal das dispensas ou inexigibilidades de licitação em consonância com o disposto nos arts. 24 e 25, da Lei nº 8.666/93, observando, ainda, as orientações emanadas de seu órgão de assessoramento jurídico.
Síntese dos resultados obtidos
Passou a ser atendida a recomendação, adotando-se rigor no enquadramento das dispensas ou inexigibilidades de licitação de modo a evitar a repetição da única falha apontada pela auditoria na área de licitações.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

17.1) Outras informações consideradas relevantes pela UJ

O combate aos crimes cibernéticos foi aprimorado, com a criação de um grupo especializado voltados para esse fim no DPF, denominado Grupo de Repressão a Crimes Cibernéticos-GRCC. A criação oficial desse Grupo representa uma grande vitória para a Polícia Federal, pois irá permitir a especialização dos trabalhos e uma melhor capacitação dos policiais para o enfrentamento das organizações criminosas que se utilizam das novas tecnologias para ofender a sociedade e o Estado brasileiro. A instituição se deu por meio da Portaria nº 2720/2011-DG/DPF, de 22 de novembro de 2011. O GRCC, a partir da publicação desta portaria, começa a fazer parte do organograma da Polícia Federal, o que representa uma clara decisão da instituição em fortalecer o combate aos crimes cibernéticos, conforme previsto no seu planejamento estratégico.

Os Grupos de Combate a Fraudes Eletrônicas, instituídos no projeto Tentáculos, foram automaticamente transformados no GRCC e vinculados diretamente ao Diretor de Combate ao Crime Organizado – DRCOR. Existente agora em 14 estados e no Distrito Federal (AM, MT, PE, RN, SP, MA, GO, MG, PR, RS, RJ, BA, PA, CE e DF), a implantação do Grupo nas demais SR's dependerá da proposta do Superintendente Regional ao Diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado. De janeiro a novembro de 2011, o grupo realizou 13 operações, que resultaram em dezenas de cumprimentos de mandados de prisão preventiva e busca e apreensão. Estas operações permitiram a redução das fraudes contra a Caixa Econômica em mais de 60%, o que representa R$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) a menos nas mãos da criminalidade.

A Polícia Federal cumpriu, vem 24/11/2011, 09 mandados de prisão preventiva e de 16 busca e apreensão, sendo 13 no Rio Grande do Sul e 03 no Pará, nas cidades de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Tramandaí (no Rio Grande do Sul), e Marabá (no Pará). A Operação visou à desarticulação de uma quadrilha especializada em fraudes bancárias por intermédio da internet.

Em maio de 2011, foi realizada uma megaoperação contra o desvio de dinheiro destinado à compra de medicamentos para famílias de baixa renda, que resultou na prisão de mais de 60 pessoas. Assim, a SR/DPF/RS tem sinalizado uma nova orientação local: prender o maior número de criminosos ainda durante a investigação.

No conjunto total, foram desencadeadas 29 grandes operações em suas 13 (treze) Delegacias do interior do Estado e na Superintendência, sendo cumpridas 303 prisões no total. Apesar da queda de 18% no volume de operações entre 2010 e 2011 – de 33 para 29 -, a captura de criminosos se manteve constante (vide Quadro LXIII, anexo ao presente Relatório de Gestão).

Convém ressaltar as importantes cooperações com outros órgãos Federais, Estaduais e Municipais, Receita Federal do Brasil, Banco Central, Caixa Econômica Federal e Previdência Social, já citados acima, bem como Exército Brasileiro, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil do RS, Brigada Militar, entre outros.

Dentre os indicadores de produção, um dos mais importantes é o número de laudos elaborados, tendo em vista ser o mais representativo da atividade precípua do segmento Técnico-Científico, qual seja: a elaboração de exames periciais. Nesse contexto, convém detalhar a produção de laudos do Setor Técnico-Científico (SETEC) e das Unidades Técnico-Científicas (UTECs) de Santa Maria (SMA), Passo Fundo (PFO) e Pelotas (PTS) desta Unidade Jurisdicionada, pois são setores que refletem, de forma consistente, a produção dos trabalhos desenvolvidos pelas delegacias, já que a ele são destinados os produtos oriundos de apreensões em operações e missões realizadas no âmbito da SR/DPF/RS e de suas descentralizadas.

No ano de 2011, foram registrados resultados expressivos, mensurados por dados estatísticos e participações relevantes do SETEC e das UTECs, sendo elaborados no somatório global 2.526 Laudos Periciais Criminais, 318 Informações Técnicas e 16 Pareceres Técnicos. Há de se observar não houve alterações significativas no efetivo de Peritos Criminais em 2011, de maneira que o índice de produtividade por Perito não ascendeu ante ao exercício anterior (taxa de 126% em 2010). Em 2011, o índice geral de produtividade correspondeu a 110%, sendo elaborados 2.860 documentos técnico-científicos e atendidos 2.608 expedientes de requisição, indicando nível descendente no número de pendências.

No âmbito da produtividade dos Papiloscopistas em 2011, o Grupo de Identificação (GID) da SR/DPF/RS foi responsável pela confecção de 41 perícias papiloscópicas e demais expedientes, autuados aos procedimentos policiais.

Adiante, seguem quadros com o quantitativo de Laudos Periciais elaborados no âmbito desta Unidade Jurisdicionada.

Quadro LV - Produção de laudos do SETEC/SR/DPF/RS por área de exame

Tipo de Laudo	Quantidade
Perícias Contábeis e Econômicas	102
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	46
Perícias de Balística Forense	88
Perícias de Engenharia	7
Perícias de Genética Forense	31
Perícias de Informática	208
Perícias de Química Forense	412
Perícias de Local de Crime	54
Perícias de Meio Ambiente	57
Perícias de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	208
Perícias de Veículos	80
Perícias Documentoscópicas	553
Perícias Merceológicas	33
TOTAL GERAL	**1697**

Fonte: Sistema de Criminalística do DPF

Quadro LVI - Produção de laudos da UTEC/DPF/PFO/RS por área de exame

Tipo de Laudo	Quantidade
Perícias Contábeis e Econômicas	7
Perícias de Balística Forense	29
Perícias Eletroeletrônicas	33
Perícias de Informática	14
Perícias de Química Forense	8
Perícias de Local	14
Perícia de Medicina e Odontologia Forense	1
Perícias de Meio Ambiente	5
Perícias de Registro de Áudio e Imagem	3
Perícias de Veículos	44
Perícias Documentoscópicas	143
Perícias Merceológicas	31
TOTAL GERAL	**332**

Fonte: Sistema de Criminalística do DPF

Quadro LVII - Produção de laudos da UTEC/DPF/SMA/RS por área de exame

Tipo de Laudo	Quantidade
Perícias Contábeis e Econômicas	13
Perícias de Balística Forense	38
Perícia de Biometria Forense	1
Perícias Eletroeletrônicas	23
Perícias de Engenharia	5
Perícias de Informática	39
Perícias de Química Forense	1
Perícias de Local	8
Perícias de Meio Ambiente	5
Perícias de Veículos	28
Perícias Documentoscópicas	47
Perícias Merceológicas	19
TOTAL GERAL	**227**

Fonte: Sistema de Criminalística do DPF

Quadro LVIII - Produção de laudos da UTEC/DPF/PTS/RS por área de exame

Tipo de Laudo	Quantidade
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	6
Perícias Eletroeletrônicas	23
Perícias de Balística Forense	20
Perícias de Engenharia	1
Perícias de Informática	50
Perícias de Química Forense	36
Perícias de Local	15
Perícias de Meio Ambiente	5
Perícias de Registro de Áudio e Imagem	2
Perícias de Veículos	49
Perícias Documentoscópicas	61
Perícias Merceológicas	2
TOTAL GERAL	**270**

Fonte: Sistema de Criminalística do DPF

17.2.1) Gestão com qualidade e perspectivas de melhorias futuras nos controles internos

No contexto da expansão do programa de gestão pública com qualidade em 2011, inicialmente deve ser destacada a instituição, em 2010, do Escritório de Gestão de Processos – EGPRO/GAB/DG e do Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos – EGPE/GAB/DG, ambos vinculados ao Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, no âmbito da Polícia Federal, diretamente subordinados ao Diretor-Geral.

Com efeito, foi criado o Escritório de Gestão de Processos – EGPRO, mediante a Portaria nº 1246/2010-DG/DPF, de 09/08/2010, considerando a necessidade de: I) promover o alinhamento entre os processos e os objetivos institucionais e as ações estratégicas contidas no Plano Estratégico da Polícia Federal; II) definição de modelo para Gestão de Processos, sustentada por uma metodologia de identificação, mapeamento, diagnóstico, priorização e aperfeiçoamento de processos, que proporcione, dentre outros, a uniformização de conceitos e procedimentos no âmbito da instituição; e III) melhoria contínua na prestação de serviços ao cidadão, aumento da eficiência operacional, uniformização e simplificação de rotinas internas, redução de custos, minimização de erros e retrabalhos e automação de processos manuais.

Na sequência, foi instituído o Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, por meio da Portaria 1990/2010-DG/DPF, de 30/11/2010, considerando o objetivo institucional do DPF de fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Com a formalização do início do projeto, o CIGE deu início às ações relacionadas à efetivação do escopo aprovado. Assim, nos próximos anos, há previsão de que sejam entregues produtos que englobam desde a identificação e o mapeamento dos processos relacionados à Gestão de Projetos, até a formalização de indicadores de desempenho adicionais para o DPF.

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – "Gespública" foi criado em 2005, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos brasileiros e para o aumento da competitividade do País.

O momento atual do contexto brasileiro exibe um conjunto de prioridades, tais como a necessidade de elevar os níveis de atendimento ao cidadão, de introduzir melhorias em processos estruturantes e de compartilhar boas práticas relacionadas às pessoas que formam as organizações. O Programa "Gespública" tem papel fundamental em tal dinâmica, uma vez que suas estratégias, modelos e procedimentos incorporam as atuais necessidades em questão e a SR/DPF/RS já recebeu do Ministério do Planejamento a certificação de nível de gestão em 14/06/2010, baseado no modelo "Gespública".

Ante o exposto, há perspectivas futuras de criação de novos indicadores de desempenho aplicáveis à realidade das Regionais de Polícia Federal, com a colaboração do Centro Integrado de

Gestão Estratégica do DPF, o que deverá fortalecer sobremaneira a qualidade dos gastos, os controles, as estratégias de atuação e a eficiência na prestação dos serviços públicos no âmbito desta Unidade Jurisdicionada.

17.2.2) Programa Carbono Neutro

Com relação a programas de sustentabilidade ambiental, pelo quarto ano consecutivo, a Polícia Federal no Rio Grande do Sul, realiza o plantio de mudas de árvores para a compensação de gases de efeito estufa (GEE), gerados em todas as atividades desenvolvidas pela Unidade. Para o cálculo de medição do impacto ambiental, são levados em consideração: o consumo de combustível, energia elétrica, passagens aéreas e papel.

Embora a maneira mais eficiente de se fixar carbono seja através do plantio de espécies de crescimento rápido, a Polícia Federal preferiu utilizar mudas de espécies nativas e variadas contribuindo, também, para a preservação e recuperação dos biomas de cada região.

Em 2011, foram plantadas no estado do Rio Grande do Sul cerca de 2.000 mudas de árvores nativas, com a colaboração de todas as unidades da Polícia Federal vinculadas a esta Regional. Desde o início do programa, em 2008, já foram plantadas mais de 7.600 mudas abrangendo a Superintendência em Porto Alegre e as 13 Delegacias da PF no interior do Estado.

17.2.3) Implantação do Sistema "e-PROC" – Processo Eletrônico

A Polícia Federal no Rio Grande do Sul é umas das Regionais pioneiras no DPF na implantação do inquérito eletrônico – "e-PROC", em utilização no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, conforme exposto no quadro LVI (Anexo). O inquérito policial sem papel gera economia, celeridade e comunicação instantânea com o Ministério Público Federal e com a Justiça Federal.

Atendendo aos anseios da Lei 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, foi publicada a Instrução de Serviço n° 02/2010 na SR/DPF/RS, que estabelece procedimentos e instruções para a instauração de inquéritos policiais, termos circunstanciados e demais expedientes de Polícia Judiciária da União no âmbito da SR/DPF/RS, bem como, a tramitação de tais peças perante a Justiça Federal e o Ministério Público Federal, tudo no sistema denominado "E-PROC", administrado pelo TRF/4ª Região.

ITEM 1 DA PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. Declaração do Contador Responsável

Quadro LIX - Declaração do Contador Responsável

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	**Código da UG:**
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL – SR/DPF/RS	200372 - 200373

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO**, em relação à UG 200372, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.

Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:

- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;

-o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e

- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**BRASÍLIA/DF**	**Data**	**13/02/2012**
Contador Responsável	**GLADSTON GUIMARÃES NAVES**	**CRC nº**	**12534/O-8**

SEÇÃO IV

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Sempre procurando melhorar as condições de trabalho dos servidores, a logística foi incrementada com aquisição de viaturas, mobiliário e equipamentos de informática. Foram recebidos materiais provenientes do Programa Promotec, direcionados principalmente para o Setor Técnico-Científico e para as novas Unidades Técnico-Científicas da PF no RS, instaladas na circunscrição das Delegacias de Passo Fundo e Pelotas (desde setembro de 2009), bem como de Santa Maria (desde dezembro de 2008). O Programa Promotec visa à ampliação e à modernização do segmento Técnico-Científico da Polícia Federal em todo o território nacional.

Em termos de melhoria no parque de equipamentos, destacam-se as ações descritas adiante.

Em fevereiro de 2010, foi implantado, em âmbito estadual, o Sistema de Gerenciamento Policial – SIGEPOL, sistema Web, desenvolvido em software livre na SR/DPF/AC, destinado a gerenciar rotinas policiais e administrativas, com o objetivo de otimizar as tarefas desenvolvidas pelos servidores do Departamento de Polícia Federal. O SIGEPOL é uma suíte de aplicativos composta por diversos sistemas. No primeiro semestre daquele ano, a implantação do sistema foi consolidada em Porto Alegre e, no segundo semestre, foi iniciada a disseminação nas descentralizadas.

Em 2011, foram realizadas manutenções preventivas de todos os equipamentos de Tecnologia de Informação (TI) e rede de comunicações das unidades descentralizadas do Estado.

Para dar continuidade ao atendimento aos usuários de TI nesta Unidade Jurisdicionada, o NTI preparou os Termos de Referência que irão orientar os processos licitatórios destinados à contratação de serviços nos moldes da Instrução Normativa n° 04/2010 do MPOG – contratação de serviços de telessuporte, manutenção de equipamentos de TI e suporte a servidores, rede, segurança da informação e rede de dados.

A priorização na renovação e ampliação dos recursos de tecnologia da informação no ano de 2011 foi dada a operacionalização dos processos eletrônicos, através da aquisição de equipamentos que facilitam e agilizam as rotinas de digitalização, visualização e impressão de documentos, como scanners de alta produção e monitores LCD de ampla visão (22´´ WIDESCREEN) que possibilitam a abertura de dois aplicativos ou documentos ao mesmo tempo (SISCART e E-PROC, por exemplo). Nesta linha, foram também adquiridos microcomputadores já equipados com este tipo de monitor.

Completando os recursos necessários a operacionalização dos processos eletrônicos, foram adquiridas impressoras multifuncionais de alta capacidade, robustez e autonomia, suprindo as necessidades de impressão, digitalização e cópia de documentos das unidades cartorárias da SR e das delegacias do interior do RS.

Para as unidades de inteligência policial, análise e combate ao crime organizado, foram adquiridas estações de trabalho com grande capacidade de processamento e armazenamento de informações, a fim de substituir as estações atuais e possibilitar o remanejamento destes equipamentos a outros setores que não necessitem destes recursos para suas atividades. O mesmo critério foi adotado na substituição dos equipamentos do setor e das unidades técnico-científicas (SETEC e UTEC´s).

Trabalho contínuo vem sendo desenvolvido no sentido de aprimorar os controles sobre utilização de recursos a fim de permitir uma melhor utilização dos mesmos, visando o cumprimento da missão do DPF com o menor custo para a sociedade – incluindo utilização da infraestrutura da rede DPFNet, utilização de espaço em disco, utilização de recursos de telefonia, entre outros. No que diz respeito à telefonia, em continuidade ao trabalho iniciado em 2009, foi obtida, durante o ano de 2011, uma redução de aproximadamente 50% nos custos de telefonia no âmbito da SR/DPF/RS.

No âmbito desta Unidade Jurisdicionada, houve aperfeiçoamento da comunicação interna, cuja principal ferramenta, no Estado do Rio Grande do Sul, é a intranet regional, acessada por todos os servidores de Estado. A estimativa é que a intranet seja atualizada em média três vezes ao dia (dias úteis), com informações oficiais da Administração, notícias das Delegacias, operações, matérias jornalísticas de interesse geral, avisos, entre outros. Em razão do grande volume de informações, a Comunicação Social desenvolveu no Estado, a partir de novembro de 2011, o **Informativo PFRS** (http://intranet.dpf.gov.br/srrs/noticias/informativo-pfrs-01-novembro-2011/), ação pioneira entre as unidades da PF no País, e nos mesmos moldes do Informativo PF, publicado nacionalmente pela Divisão de Comunicação Social.

A Comunicação Social também instituiu a pesquisa de satisfação junto aos cidadãos que utilizam os serviços prestados pela Polícia Federal, como passaporte, registro de armas, atendimento a estrangeiros, protocolo, entrega de armas e plantão, conforme exposto no Quadro LXIV (anexo ao presente Relatório). As informações são tabuladas e encaminhadas à Diretoria da Superintendência e às chefias dos setores mencionados nas pesquisas.

Houve um aumento significativo na quantidade de documentos de viagem expedidos, na ordem de 21,72%. Em 2010, conforme relatório anterior, esse aumento foi de 40,4%. Esses dados indicam a necessidade urgente de se ampliar as condições materiais e de recursos humanos envolvidos na atividade, como forma de enfrentar a crescente demanda.

Foram aperfeiçoados os processos de gestão de materiais, com saneamento do Sistema de Material Permanente, padronização do armamento, desfazimento de bens inservíveis e constante atualização dos Termos de Responsabilidade. Encontra-se ainda em andamento, a implantação de um novo sistema na Polícia Federal, o "E-Log", que permitirá controle patrimonial mais eficaz no âmbito de todo Órgão, que terá mais avanços em 2012, com os módulos Patrimônio, Contratos e Almoxarifado, já que em 2011 foi terminada a fase de migração dos dados dos antigos sistemas, restando para o atual exercício o inventário, reavaliação e troca dos números de todos os itens de Patrimônio.

O Núcleo Administrativo (NAD) da SR/DPF/RS buscou aperfeiçoar as diversas rotinas administrativas ligadas ao Setor de Administração e Logística Policial da Regional. Dentre elas se destacam a de administração de materiais – bens permanentes e de consumo (onde houve R$ 810.370,26 em entradas e R$ 758.872,83 em saídas), desde seu recebimento e conferência, incorporação nos Sistemas E-Log e SIAFI, armazenamento, manutenção de estoques e distribuição. Considerando que não há um setor de compras no SELOG, o NAD executa as rotinas de aquisição de material cujo limite de valor se enquadra, de acordo com a Lei nº 8.666/93, na modalidade dispensa, preferencialmente e na maioria dos casos como Cotação Eletrônica de Preços, que se assemelha ao Pregão Eletrônico. O serviço de protocolo geral da Superintendência é de responsabilidade do Núcleo. Localizado no andar térreo, despacha, recepciona, seleciona e distribui internamente a documentação escrita que ingressa na SR/RS. O Arquivo Central também é de responsabilidade do NAD/SELOG, onde são gerenciadas rotinas e procedimentos para transferência

ou recolhimento de acervos das Delegacias, Setores e Núcleos desta Superintendência, e para a solicitação e consulta de documentos arquivados, assegurando a preservação de documentos de valor permanente e a correta eliminação daqueles destituídos de valor. O gerenciamento do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio da União – SPIUnet, também está a cargo do NAD, onde são consolidadas as informações dos imóveis da União e os locados de terceiros para uso da Polícia Federal no RS. Os servidores lotados no NAD são responsáveis pela fiscalização da execução de diversos contratos de prestação de serviço e de materias adquiridos, além de participar de comissões que têm por objetivo o recebimento de bens e os processos de desfazimento de bens inservíveis.

No âmbito da Comissão Permanente de Licitações da Unidade, também com poucos servidores lotados, no exercício de 2011, foram instruídos e realizados os seguintes certames licitatórios: 8 dispensas de licitação, 5 inexigibilidades de licitação, 17 pregões eletrônicos, sendo quatro Sistemas de Registro de Preços. Neste período a SR/DPF/RS manteve vigentes 68 contratos, e 3 cessões de uso.

Assim, na área técnico-administrativa, frente às elevadas demandas, ainda permanece a grande carência de recursos humanos, pois não houve a realização de concurso para o preenchimento dos quadros e a evasão daqueles servidores que tomaram posse no concurso realizado em 2004 continua elevada.

Foram enfrentadas dificuldades quanto aos limites orçamentários impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Unidade Jurisdicionada. Foram empreendidos contatos de forma sistemática, junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos nesta Superintendência. Estratégias decorrentes também tiveram que ser adotadas em virtude de mudança de cenários durante a execução das ações, como conseqüência de outros problemas, como a crise econômica em alguns países da Europa, que acarretaram diretrizes para contenção de gastos governamentais.

Apesar de ainda insuficiente, a oferta de recursos e a disponibilização de equipamentos adquiridos pelos Órgãos Centrais contribuiu para uma melhora em relação ao exercício anterior. As soluções encontradas pela SR/DPF/RS para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das suas missões, tanto na atividade-fim, quanto na atividade-meio, consistiram na racionalização e na definição de prioridades dentro da gestão. Com o crescente aumento da demanda de trabalho de responsabilidade da Polícia Federal, ainda há necessidade de aumento do efetivo de policiais e, principalmente, de agentes administrativos.

Diante do exposto no presente Relatório, pode-se concluir que a SR/DPF/RS atuou, no exercício de 2011, em consonância aos objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, atingindo a finalidade propugnada para o programa de governo 662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade e para os demais Programas.

ROSALVO FERREIRA FRANCO
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
SR/DPF/RS

ANEXOS

Quadro LX - Informações sobre a utilização da videoconferência no DPF

Começa a funcionar o serviço de videoconferência

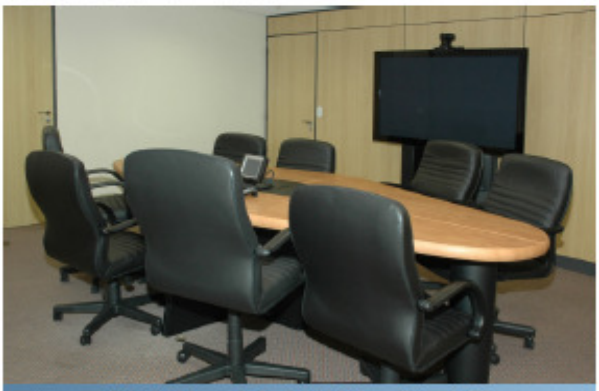
A Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI concluiu a implantação do Sistema de Videoconferência da Polícia Federal.

O serviço irá permitir a comunicação multilateral por voz e imagem, criptografada, o que provê segurança e poderá ser utilizada com participação simultânea de até 48 unidades da Polícia Federal. O uso do sistema foi regulamentado pela Instrução Normativa 27/2010, publicada em 16 de abril último.

O gerenciamento do serviço caberá à Divisão de Comunicação Social. Haverá, nas superintendências, um supervisor regional. A supervisão nacional será realizada pela CTI. Os detalhes sobre o funcionamento do sistema, reserva de recursos e instalação do programa poderão ser obtidos na documentação disponibilizada no endereço http://intranet.dpf.gov.br/cti/servicos/videoconferencia. Orientação sobre o uso dos equipamentos poderão ser obtidos com os supervisores regionais, com o Service Desk através do telefone 0800-940-1210 ou através de correio eletrônico no endereço videoconferência@dpf.gov.br. O contato com a supervisão nacional será pelo telefone (61) 2024-9487.

Para o uso do serviço já foram adquiridos três tipos de equipamento: Mesa de Videoconferência - instalada na Direção-Geral; Sala de Reunião - a serem instaladas nas SRs, CTI, COAD/DLOG, DIP, INC e ANP; Executivo – a serem instaladas nas diretorias.

A implementação do serviço proporcionará agilidade, segurança e redução de custos, uma vez que não será necessário custear deslocamento de servidores para algumas atividades da PF.



Sala de videoconferência instalada na Sede da PF

FONTE: INFORMATIVO DA PF N° 28, DE 10 DE JUNHO DE 2010

Quadro LXI - Informações sobre a utilização do VOIP no DPF

VOIP, a sigla que ajuda economizar em telefonia

A PF tem a disposição um serviço que pode ajudar a economizar muito em custo de telefonia: o VOIP - Voice Over Internet Protocol. Mas afinal, o que esta sigla significa e por que ela ajuda a economizar? Parece complicado, mas é relativamente simples.

O VOIP significa, já traduzido e interpretado, o uso da tecnologia de rede da Internet para telefonia. Por ser pública e de alcance mundial, a Internet pode ser usada também para o "tráfego" de voz, o que resulta em economia em relação à comunicação privada comercializada por empresas. O VOIP é razoavelmente conhecido por usuários da Internet que o utilizam para economizar em telefonia através do aplicativo Skype.

O VOIP está disponível desde 2008 no âmbito da rede DPFNet, a rede de comunicação de dados interna da PF e que utiliza a mesma tecnologia de transmissão da Internet, o Internet Protocol. A DPFNet é um serviço de comunicação de dados pago e mantido pelo consórcio das empresas Oi, Brasil Telecom e Telefônica. A idéia foi a de utilizar a rede de comunicação para economizar em telefonia. O serviço de telefonia é pago a parte.

Técnicos da Divisão de Telecomunicações – DITEL/CTI acreditam que o tímido uso do serviço, que não está totalmente implantado em todo o âmbito da PF, tem gerado uma economia de aproximadamente 35% em ligações telefônicas. O VOIP está disponível em apenas dez estados, ou seja, em menos da metade das unidades da federação.

Usuários que utilizam regularmente o VOIP através do Skype já notaram alguns problemas na tecnologia, como demora na complementação da ligação, "metalização" da voz e o delay que são pequenas interrupções que ocorrem durante o diálogo. Os técnicos da Ditel dizem que esses problemas não existem mais devido ao uso de soluções mais avançadas que garantem a qualidade nas ligações.

A Ditel planeja estender o uso do VOIP a todas as unidades da PF no território nacional e também implantar ramais nas adidâncias até o final de 2011, aumentando a economia para a instituição.

Os usuários que desejarem realizar ligações telefônicas com o uso do VOIP poderão obter instruções na Intranet da PF, no endereço http://intranet.dpf.gov.br/institucional/voip/.

FONTE: INFORMATIVO DA PF N° 32, DE 13 DE OUTUBRO DE 2010

Quadro LXII – Notícia sobre a utilização do e-proc na Unidade Jurisdicionada

Rio Grande do Sul utiliza IPL eletrônico

A Superintendência de Polícia Federal no Rio Grande do Sul já está utilizando o sistema E-PROC - Processo Eletrônico, denominado Inquérito Eletrônico para a atividade policial, em funcionamento na área de abrangência do TRF/4ª REGIÃO-RS/SC/PR. Superada a fase inicial de adaptação ao novo recurso virtual, a SR/RS já conta com 100% de seus procedimentos instaurados no corrente ano, sob a jurisdição da Justiça Federal, em regime virtual.

O inquérito policial sem papel ainda era situação inédita no País. Foi necessário construir uma sistemática própria para que a SR/RS pudesse operar a nova ferramenta. O novo modelo utilizado pela PF gaúcha prestigia os princípios da economia processual, da eficiência, da efetividade e da celeridade procedimental, atributos buscados com prioridade pelo projeto desenvolvido pelos técnicos do TRF da 4ª Região.

O IPL eletrônico é uma adequação à era da comunicação imediata, barata, segura e de baixo impacto ambiental, permitindo aos policiais federais comunicação com os representantes do Ministério Público e Juízes Federais de forma instantânea e a qualquer tempo e lugar.

Por Ubiratan Antunes Sanderson, Escrivão de Polícia Federal, classe especial, pós-Graduado em Gestão da Segurança Pública pela ULBRA/RS e Gerente do sistema E-PROC na SR/DPF/RS. Porto Alegre/RS, 19 de outubro de 2010.

FONTE: INFORMATIVO DA PF N° 34, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Quadro LXIII – Notícia em jornal de grande circulação: “PF gaúcha lidera prisões no país”

Polícia

FREIO NO CRIME

PF gaúcha lidera prisões no país

As operações da corporação no Estado estão focadas no combate ao tráfico de drogas e ao desvio de recursos públicos

FRANCISCO AMORIM

Ao realizar, em maio passado, uma megaoperação contra o desvio de dinheiro destinado à compra de medicamentos para famílias de baixa renda, a Polícia Federal sinalizou uma mudança na sua estratégia de combate ao crime no Estado.

Nove meses depois da ação que resultou na prisão de mais de 60 pessoas, a maioria empresários e servidores públicos, um relatório produzido em Brasília revela uma nova orientação da corporação no Rio Grande do Sul: prender o maior número possível de criminosos ainda durante a investigação.

As operações agora se concentram na desarticulação de quadrilhas de narcotraficantes e de bandos especializados na apropriação de recursos públicos.

Depois de um primeiro semestre de apenas nove operações no Rio Grande do Sul, a unidade gaúcha da PF, sob o comando do delegado federal Rosalvo Pereira Franco, que substituiu Ildo Gasparetto em junho, encerrou 2011 como a superintendência estadual que mais realizou prisões – 303 contra 225 do Paraná, segundo lugar no ranking nacional – e a segunda em números de operações, perdendo apenas para Minas Gerais por 32 a 29.

18,2%

foi o aumento no número de prisões por operação no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2011

Nova estratégia levou ao aumento nas prisões

De perfil reservado, Rosalvo preferiu não avaliar publicamente o desempenho de seus policiais. Escolheu o delegado regional de Combate ao Crime Organizado, Mauro Vinicius Soares de Moraes, para falar sobre as 20 ações realizadas entre junho e dezembro que alçaram a equipe gaúcha ao topo do ranking de prisões da PF no país.

– O principal objetivo de nossas operações hoje é manter fora das ruas o maior número de criminosos e pelo maior tempo possível. Não adianta só inquérito bem feito, que leve a uma condenação do suspeito ao final do processo. Ao final de cada inquérito, queremos alcançar também o maior número de prisões preventivas ou flagrantes. Com isso, manteve atrás das grades criminosos que ficariam livres durante a instrução do processo – explica o delegado Mauro Vinicius.

A estratégia de abreviar o caminho dos bandidos até a cadeia levou ao aumento de 18,2% no número de presos por operação no Rio Grande do Sul. Ou seja, apesar da queda de 18% no volume de operações entre 2010 e 2011 – de 33 para 29 –, a captura de criminosos se manteve constante (*veja quadro*). No Brasil, a redução de 30,8% no total de prisões fez despencar a relação entre presos e operações para 7,8.

francisco.amorim@zerohora.com.br

Narcotráfico responde por quase 38% das ações

Segundo o delegado regional de Combate ao Crime Organizado, Mauro Vinicius Soares de Moraes, apesar de não haver portaria ou ofício que delimite o tipo de investigação prioritária, a equipe gaúcha tem se concentrado em duas frentes: a investigação de traficantes e de redes criminosas que dilapidam o patrimônio público. Conforme relatórios internos da Polícia Federal gaúcha aos quais Zero Hora teve acesso na semana passada, o narcotráfico motivou 11 operações (37,9% do total) e o desvio de recursos da União, cinco (17,2%).

Em uma das maiores ações da PF em 2011 no Estado, realizada em agosto, 58 traficantes foram presos, 21 deles em flagrante. A operação desativou uma das principais rotas internacionais em funcionamento no Rio Grande do Sul, responsável pelo abastecimento das regiões Centro e Sul com drogas vindas do Paraguai e da Bolívia.

– O tráfico de entorpecentes é um alvo a ser combatido em todos os Estados, de forma especial naqueles que fazem fronteira com outros países. E o Rio Grande do Sul faz fronteira com dois. Por isso, tráfico é prioridade número um aqui – explicou o delegado.

A segunda grande frente contra o crime aberta em 2011, a guerra contra o desvio de dinheiro dos cofres da União, não configurava entre os principais alvos de investigação no ano anterior.

Em 2010, alvos da PF eram mais pulverizados

Desde 2007, era vigente uma orientação não escrita na superintendência de se investigar também crimes comuns, como roubos e furtos de veículos. Por consequência, em 2010, a ação da PF no Estado era mais pulverizada em termos de alvos. Operações contra o tráfico de entorpecentes correspondiam por 30% do total. Em segundo lugar, estavam as investigações de crimes ambientais.

Mas a mudança poderia indicar também que o Rio Grande do Sul passou em 2011 a ser alvo predileto de bandos especializados em subtrair verbas federais? Ou apenas a atenção dos policiais sobre esse tipo de crime aumentou? Mauro Vinicius acredita que a resposta esteja em uma combinação de fatores:

– Quanto mais se investiga esse tipo de crime organizado, mais se percebe relações e envolvimento de pessoas, de corrupção. É comum uma investigação de um crime levar à abertura de uma nova investigação de outro crime.

O QUE ELES DIZEM

Delegados falam sobre os crimes mais combatidos pela PF no Rio Grande do Sul em 2011:

MAURO VINICIUS SOARES DE MORAES
Delegado regional de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal no Rio Grande do Sul

“O tráfico de entorpecentes tem de ser reprimido com rigor”

ALDRONEI RODRIGUES
Titular da Delegacia Fazendária da Polícia Federal

“O desvio de recursos públicos tem como vítima toda a população”

A atuação da Polícia Federal em 2011

ONDE HÁ MAIS PRISÕES

RS	303 (14,5%)
Paraná	225 (10,8%)
São Paulo	201 (9,2%)
Mato Grosso	165 (7,9%)
Rio de Janeiro	161 (7,7%)
No país	2.089

ONDE HÁ MAIS OPERAÇÕES

Minas Gerais	32 (12%)
RS	29 (10,9%)
São Paulo	25 (9,3%)
Paraná	21 (7,8%)
Rio de Janeiro	17 (6,4%)
No país	266

DESEMPENHO NO ESTADO

PRISÕES

2010	308
2011	303
Redução	1,6%

OPERAÇÕES

2010	33
2011	29
Redução	12,1%

PRESOS POR OPERAÇÃO

2010	8,8
2011	10,4

DESEMPENHO NO PAÍS

PRISÕES

2010	2.734
2011	2089
Redução	23,6%

OPERAÇÕES

2010	270
2011	266
Redução	1,5%

PRESOS POR OPERAÇÃO

2010	10,1
2011	7,8

PERFIL DAS OPERAÇÕES NO RS

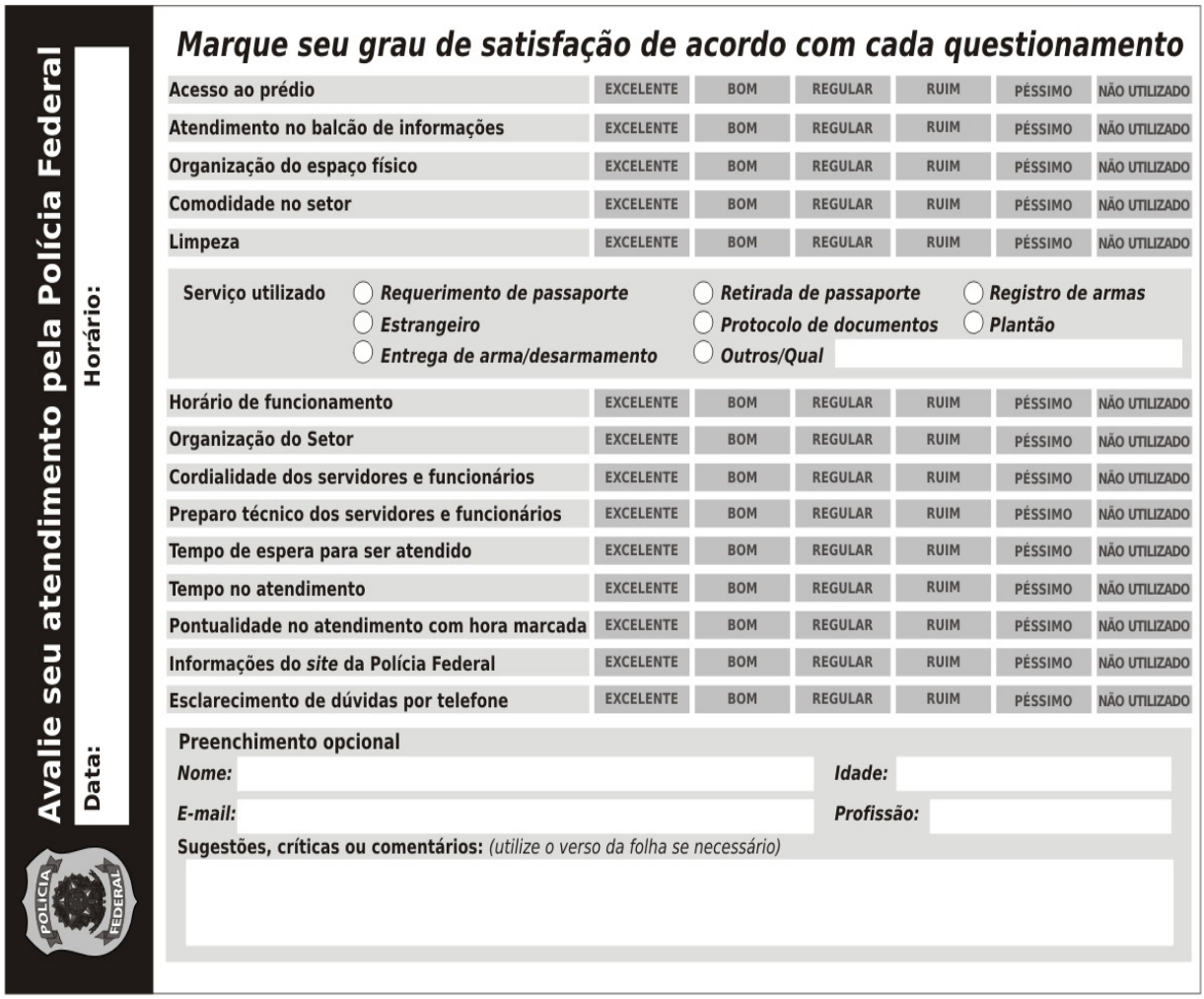
FOLHA FEDERAL/DIVULGAÇÃO/20/02/2012

Em 2010 e 2011, o tráfico respondeu por mais ações no RS

2010		2011	
Tráfico de entorpecentes	10	Tráfico de entorpecentes	11
Crimes ambientais	4	Crimes contra o patrimônio público	5
Crimes contra o sistema financeiro	3	Crimes contra o sistema financeiro	4

FONTE: JORNAL ZERO HORA, DE 21/02/2012.

Quadro LXIV – Pesquisa de satisfação junto aos cidadãos



Avalie seu atendimento pela Polícia Federal

Horário:

Data:

Marque seu grau de satisfação de acordo com cada questionamento

Acesso ao prédio	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NÃO UTILIZADO
Atendimento no balcão de informações	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NÃO UTILIZADO
Organização do espaço físico	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NÃO UTILIZADO
Comodidade no setor	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NÃO UTILIZADO
Limpeza	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NÃO UTILIZADO

Serviço utilizado
- ○ *Requerimento de passaporte*
- ○ *Retirada de passaporte*
- ○ *Registro de armas*
- ○ *Estrangeiro*
- ○ *Protocolo de documentos*
- ○ *Plantão*
- ○ *Entrega de arma/desarmamento*
- ○ *Outros/Qual*

Horário de funcionamento	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NÃO UTILIZADO
Organização do Setor	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NÃO UTILIZADO
Cordialidade dos servidores e funcionários	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NÃO UTILIZADO
Preparo técnico dos servidores e funcionários	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NÃO UTILIZADO
Tempo de espera para ser atendido	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NÃO UTILIZADO
Tempo no atendimento	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NÃO UTILIZADO
Pontualidade no atendimento com hora marcada	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NÃO UTILIZADO
Informações do *site* da Polícia Federal	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NÃO UTILIZADO
Esclarecimento de dúvidas por telefone	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NÃO UTILIZADO

Preenchimento opcional

Nome: ***Idade:***

E-mail: ***Profissão:***

Sugestões, críticas ou comentários: *(utilize o verso da folha se necessário)*

FONTE: COMUNICAÇÃO SOCIAL DA SR/DPF/RS (RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2011, DE 28/02/2012).